

CRISTH ELLEN FERREIRA PINHEIRO

**Agricultura Urbana em Montes Claros, MG:
funcionalidades, produção e comercialização**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Orientador: Helder dos Anjos Augusto

P654a
2017

Pinheiro, Cristh Ellen Ferreira.

Agricultura urbana em Montes Claros, MG: funcionalidades, produção e comercialização / Cristh Ellen Ferreira Pinheiro. Montes Claros: Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, 2017.

99 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional/Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientador: Prof. Helder dos Anjos Augusto.

Banca examinadora: Prof. Luis Antonio Pasquetti, Prof. Cândido Alves da Costa, Prof. Daniel Coelho de Oliveira.

Inclui bibliografia: f. 21 – 48.

1. Olericultura urbana. 2. Ruralidades no urbano. I. Augusto, Helder dos Anjos. II. Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

CDU:635.1/.8

CRISTH ELLEN FERREIRA PINHEIRO

Agricultura Urbana em Montes Claros, MG: funcionalidades, produção e comercialização

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociedade, Ambiente e Território.

Área de Concentração: Sociedade, Ambiente e Território

Linha de Pesquisa: Território e Desenvolvimento

Aprovado pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Luis Antônio Pasquetti - UNB

Prof. Cândido Alves da Costa – ICA/UFMG

Prof. Daniel Coelho de Oliveira - UNIMONTES

Prof. Helder dos Anjos Augusto – ICA/UFMG (orientador)

Montes Claros, 28 de Julho de 2017

Dedico aos agricultores urbanos, os quais são os verdadeiros autores desta dissertação.

RESUMO

O crescimento da população urbana e as multiformas adotadas nas cidades compreendem os fenômenos mais interessantes da geografia espacial. No entanto, tais fenômenos têm causado desajustes nos âmbitos ambientais, sociais e econômicos. Em contrapartida, atividades como a agricultura urbana trazem uma nova perspectiva para a cidade devido suas funcionalidades e contribuições, em diversos fatores, para a dinâmica cidadina. Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivo analisar as práticas de agricultura urbana voltadas para a comercialização no município de Montes Claros – MG. Especificamente, pretendeu-se mapear os locais de produção para comercialização de Agricultura Urbana (AU) em Montes Claros – MG; analisar as funções da AU na produção e na comercialização em Montes Claros – MG; identificar os gargalos e potencialidades da AU em Montes Claros – MG e elaborar uma proposta de caráter incentivador e apoiador da AU para Montes Claros. Para o alcance dos objetivos propostos foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa por meio de um estudo multicasos, no qual as ferramentas utilizadas foram a pesquisa documental, a entrevista e as observações de campo. A análise permitiu inferir que, apesar da existência de agricultura urbana com objetivo comercial contribuir para, além da produção, circulação e consumo de alimentos sustentáveis, ela carece de apoio público. Ao contemplar esta prática na cidade de Montes Claros, percebe-se uma (re) produção do rural no urbano, de modo a garantir geração de renda, bem-estar e contribuições voltadas para o ambiente e as dinâmicas de consumo dos cidadãos. Assim, diante das observações e informações coletadas em campo, foram elaboradas propostas no âmbito da universidade e também de caráter tecnológico para o apoio, a promoção, o incentivo e o fortalecimento da agricultura urbana de Montes Claros.

Palavras-chave: Urbanização. Hortaliças. Ruralidades no urbano.

ABSTRACT

The growth of the urban population and the multiforms adopted in cities comprise the most interesting phenomena of space geography. However, these phenomena have caused mismatches in the environmental, social and economic spheres. On the other hand, activities such as urban agriculture bring a new perspective to the city, due to its functionalities and contributions, in several factors, to the city dynamics. In this sense, this research had the objective of analyzing urban agriculture practices aimed at commercialization in the municipality of Montes Claros - MG. Specifically, it was intended to map the production sites for commercialization of Urban Agriculture (AU) in Montes Claros - MG; analyze the functions of UA in production and marketing in Montes Claros - MG; identify the bottlenecks and potentialities of the AU in Montes Claros - MG; and to elaborate a proposal of character encouraging and supporter of the AU for Montes Claros. In order to reach the proposed objectives, a descriptive qualitative approach was carried out by means of a multisite study, in which the tools used were documental research, interview and field observations. The analysis allowed to infer that, despite the existence of urban agriculture with a commercial objective, it contributes not only to the production, circulation and consumption of sustainable food, it lacks public support. When contemplating this practice in the city of Montes Claros, one can perceive a (re) production of the rural in the urban, in order to guarantee generation of income, well-being and contributions focused on the environment and the consumption dynamics of city dwellers. Thus, in view of the observations and information collected in the field, proposals were made within the university and also of a technological nature for the support, promotion, encouragement and strengthening of urban agriculture in Montes Claros.

Keywords: Urbanization. Vegetables. Ruralities in the urban.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ícone de identificação de locais de produção de AU	19
Figura 2 - Ciclo de vida do desenvolvimento de sistemas.....	20
Figura 3 - Mapa de Localização do município de Montes Claros – MG	36
Figura 4 – Expansão urbana de Montes Claros - MG	40
Figura 5 - Mapa do Rendimento Nominal Mensal dos Domicílios Particulares de Montes Claros - MG	42
Figura 6 - Mapa de localização dos produtores pesquisados	53
Figura 7 - Agricultura Urbana no bairro Morada do Parque	58
Figura 8 - Consórcio produtivo no bairro Vila Atlântida – Alface e couve	59
Figura 9 - Irrigação manual	65
Figura 10 - Alterações com o tempo da área do Produtor 1.....	69
Figura 11 - Alterações com o tempo da área do Produtor 2.....	71
Figura 12 - Alterações com o tempo da área do Produtor 3.....	73
Figura 13 - Alterações com o tempo da área do Produtor 5 - Associação	75
Figura 14 - Proposta de tela inicial do aplicativo	81
Figura 15 - Tela do aplicativo proposto	83
Gráfico 1 - Crescimento da população de Montes Claros – 1960 a 2010	38
Quadro 1 - Classificação de áreas utilizadas em estatísticas oficiais.....	28
Quadro 2 - Experiências de AUP na região Metropolitana de Belo Horizonte por tipo de ator que promove, apoia ou financia	46
Quadro 3 - Experiências de hortas urbanas e periurbanas relatadas em literatura especializada e em notícias jornalísticas em Minas Gerais	47
Quadro 4 - Localização e perfil dos Produtores 1 e 2	54
Quadro 5 - Localização e perfil dos produtores 3 e 4.....	56
Quadro 6 - Gargalos e Propostas de Extensão Universitária	77
Quadro 7 - Projetos elaborados no CAAU	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Urbanização no Brasil 1940 a 2010	31
Tabela 2 - População das microrregiões do Norte de Minas - 2010.....	34
Tabela 3 - Evolução da população de Montes Claros 1960 - 2010	37

LISTA DE ABREVIATURAS e SIGLAS

AU – Agricultura Urbana

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

CAAU – Centro de Apoio à Agricultura Urbana

ICA – Instituto de Ciências Agrárias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

MCD – Método das Componentes Demográficas

MG – Minas Gerais

PIB – Produto Interno Bruto

PRODERA – Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio à Reforma Agrária

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.1	Contextualização sobre o tema	12
1.2	Justificativa	13
1.3	Problematização	14
1.4	Objetivos	14
1.4.1	Objetivo Geral:	14
1.4.2	Objetivos específicos:	14
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
2.1	Pesquisa de Campo	17
2.2	O Aplicativo	19
2.3	Limitações do campo	21
3	URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA SOCIEDADE SUBMISSA AO CAPITALISMO	21
3.1	Urbanização e desenvolvimento	21
3.2	Urbano, rural e cidade	26
3.3	Evolução da urbanização no Brasil	30
3.3.1	Evolução da Urbanização no Norte de Minas Gerais e em Montes Claros	33
4	AGRICULTURA URBANA.....	44
4.1	Notas introdutórias: conceito a prática em Minas Gerais	44
4.2	Dinâmicas de comercialização agrícola	48
5	O AGRÍCOLA NO URBANO: O CASO DOS AGRICULTORES URBANOS DE MONTES CLAROS - MG	52
5.1	Contextualização	52
5.2	Agricultura Urbana: Suas funcionalidades em Montes Claros	59
5.3	A comercialização da Agricultura Urbana em Montes Claros	61
5.4	Agricultura Urbana Em Montes Claros: Entre Gargalos E Potencialidades	63
5.5	Poder público: relatos de apoio	66
5.6	Impressões e proposições	67

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICE (S)	93
APÊNDICE (S).....	93
ANEXOS	95

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Contextualização sobre o tema

Um dos fenômenos mais interessantes da geografia espacial, em particular nos países em via de desenvolvimento, é o rápido crescimento da população urbana e as multiformas que as cidades vêm adotando ao longo do tempo. Não obstante, este padrão de urbanização configurou gradualmente especificidades de coabitar no espaço, provocando novas necessidades e contradições, que por sua vez incentivariam práticas com efeitos devastadores, principalmente nas questões: ambiental, pobreza, desemprego e segurança alimentar e nutricional. As deficiências desses parâmetros provocam, de certa forma, a redução da qualidade de vida inerente aos modos de vida que lhes são submetidos.

Vale ressaltar que, a emergência de novas territorialidades, novas “culturas” urbanas e as recomposições nas relações urbano-rural tem sido, em pleno século XXI, foco de estudos de desenvolvimento das cidades. É neste contexto que novas reflexões sobre a cidade e o ambiente urbano vão surgindo, traçando estratégias inovadoras que respondam a este desafio social, econômico e ambiental, preservando as necessidades dos atores sociais sem comprometer o futuro das gerações. Assim, o olhar urbano/cidade pode ser vista, também, como espaço de novas territorialidades em uma perspectiva multifuncional. Afinal, as cidades são uma das principais intervenções humanas no planeta e sua modificação ou adaptação a mudanças desta magnitude apresentam sérios complicadores em curto e médio prazo, conforme relatam o Ojima e Hogan (2008). E umas das discussões, no mundo contemporâneo, sobre novas territorialidades no espaço urbano é a prática da agricultura urbana, cujo potencial pode proporcionar extenso retorno, desde cultivo de culturas alimentares saudáveis até a construção de mosaico verde das cidades sustentáveis.

Assim, a sustentabilidade de uma cidade, deve ser vista a partir das novas formas de ocupação e uso do solo bem como viabilizar a integração do agrícola no meio urbano nas suas diversas funcionalidades. Ou seja, entender que as práticas agrícolas no contexto urbano podem representar um instrumento decisivo para o combate a pobreza em todas as suas formas, de melhoria da segurança alimentar e nutricional, melhoria nos padrões de produção e consumo, entre outras.

1.2 Justificativa

Montes Claros é considerada a principal cidade do Norte de Minas Gerais devido sua importância econômica, advinda da representatividade educacional, principalmente no ensino superior; industrial; comercial e de saúde, sendo estes setores responsáveis pelos intensos processos migratórios observados no histórico do município e, sobretudo, a intensa movimentação pendular¹.

Diante da relação entre a representatividade econômica da cidade e os processos migratórios evidenciados, a imigração de pessoas provenientes de cidades próximas é o fator mais demonstrado nas pesquisas que contemplam essa relação.

Ao contemplar o processo de urbanização do município, além das alterações observadas na estrutura da população, percebe-se também uma extensão da malha urbana advinda do crescimento horizontal do tecido urbano. Esta constatação acarreta, conforme estudos realizados no município², em problemas nos âmbitos socioeconômicos (segregação), estruturais (estruturação da cidade e aumento dos espaços vazios) e também ambientais (utilização do espaço), atrelados à valorização imobiliária.

Não obstante, os imigrantes de Montes Claros, em sua maioria, têm como origem zonas rurais de municípios próximos e/ou de municípios com características tidas como rurais, ou seja, estes imigrantes tinham como uma das atividades principais em seus locais de origem a lida no campo.

Assim, no intuito de (re)produzir a vida do campo na cidade, como expõe Brito (2011), muitos imigrantes praticam a Agricultura Urbana na cidade de Montes Claros. Não obstante, sabe-se que esta produção pode ser convertida para autoconsumo, para a comercialização e para ambos objetivos.

Diante da ocorrência de estudos voltados para o tema na cidade, observa-se uma carência de uma visão voltada para a comercialização, assim, faz-se necessária uma pesquisa que contemple a identificação destes produtores, a visão

¹ Movimento populacional regular entre cidades de forma não definitiva. No caso de Montes Claros, esse fenômeno ocorre devido às pessoas viajarem para a cidade em busca de serviços de saúde, educação e pelo comércio.

² Canan (2014); Brito (2011); e Pereira (2007).

destes em relação às funcionalidades da AU, bem como o entendimento do processo de comercialização.

1.3 Problematização

Considerando o contexto supraexposto, percebe-se uma necessidade de um estudo fundamentado na prática da Agricultura Urbana com o foco atrelado na produção, circulação e consumo, ou seja, a comercialização dos produtos oriundos da agricultura urbana. Diante disso, muitos questionamentos são evidenciados a fim de compreender tal contexto, pois, empiricamente, a temática ainda não é contemplada em sua totalidade.

Questionamentos ligados à existência de AU com foco na comercialização; às funcionalidades da AU na produção comercializada; ao processo de comercialização; à participação do poder público, principalmente o municipal, no fortalecimento da AU; e, a fim de contribuir com a prática, questiona-se também sobre a participação da universidade para este contexto em relação ao apoio aos grupos de produtores no que tange à produção, à gestão e à comercialização.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral:

Analisar as práticas de agricultura urbana voltadas para a comercialização no município de Montes Claros – MG.

1.4.2 Objetivos específicos:

Especificamente, pretende-se:

- a) Mapear os locais de produção para comercialização de Agricultura Urbana (AU) em Montes Claros – MG;
- b) Analisar as funções da AU voltada para a comercialização em Montes Claros – MG;
- c) Identificar os desafios e as potencialidades da AU em Montes Claros – MG;
- d) Elaborar uma proposta de caráter incentivador e apoiador para a AU em Montes Claros.

1.5 Estrutura/Organização da dissertação

A dissertação está dividida em sete capítulos, sendo: as considerações iniciais, na qual se expõe a temática abordada, a justificativa, a problematização e os objetivos; os processos metodológicos, que irão nortear o leitor sobre a forma e os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa; um estudo teórico sobre Urbanização, por meio de uma apreciação sobre a temática e seus aspectos; uma discussão sobre o conceito e as funções da Agricultura Urbana, bem como um levantamento sobre a prática no Brasil e em Minas Gerais; um breve comentário sobre a comercialização de hortaliças; e os resultados.

Portanto, acredita-se que este trabalho, que se assenta numa perspectiva interdisciplinar, seja importante por alcançar uma gama diversificada de sujeitos interessados no estudo do espaço urbano e, mais especificamente, da agricultura urbana.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa por meio de um estudo multicase, no qual as ferramentas utilizadas foram a pesquisa documental, a entrevista e as observações de campo.

Considerando o objetivo de análise da agricultura urbana voltada para a comercialização em Montes Claros, a pesquisa apresenta um caráter descritivo, pois atenta-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem a interferência do pesquisador, conforme conceitua Andrade (2001).

Quanto à abordagem, compreendeu um estudo qualitativo, com o qual se pretendeu levantar informações dos agricultores urbanos pesquisados quanto ao perfil, às especificidades produtivas e à comercialização dos produtos.

Para entender a dinâmica da cidade e o processo de urbanização no tempo, foi realizada uma pesquisa documental por meio de estatísticas oficiais onde foram abordados aspectos quantitativos relacionados à caracterização demográfica e econômica do município, da microrregião, da mesorregião e da macrorregião.

A pesquisa documental, conforme expõe Gil (1999), baseia-se em documentos, de primeira ou segunda mão, em que os dados ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa.

Nesse sentido, foram utilizados documentos e informações provenientes de:

- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – Dados demográficos e econômicos municipais, microrregionais e macrorregionais;
- **Fundação João Pinheiro** – Dados demográficos e econômicos municipais, microrregionais, mesorregionais e macrorregionais;
- **Prefeitura Municipal de Montes Claros** – Dados referentes ao Plano Diretor e legislação específica.

Considerando que o objetivo da pesquisa delimitou a sua realização com agricultores urbanos que têm como foco a produção de hortaliças para a comercialização, a identificação dos agricultores pesquisados se deu por meio de contato junto à Secretaria Municipal de Agricultura e da Secretaria Municipal de Meio

Ambiente de Montes Claros, posteriormente junto à associações de agricultores e associações de bairros e, em seguida, durante as entrevistas, junto aos agricultores.

O contato junto às secretarias municipais teve como objetivo realizar uma pesquisa documental para identificar os possíveis agricultores urbanos. No entanto, conforme informado, as mesmas não dispõem da informação. Na oportunidade, um funcionário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente informou sobre a existência de uma associação de agricultores urbanos que, segundo o informante, teria os dados demandados para a realização desta pesquisa.

Assim, foi feito o contato com o presidente da Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, que contribuiu imensamente com a pesquisa em termos do histórico da produção urbana em Montes Claros, da participação do poder público municipal na promoção da AU e sobre as experiências existentes.

Associações de bairros também foram contatadas e, a partir das informações coletadas, foi possível identificar agricultores urbanos nas regiões Norte, Oeste e Sul da cidade.

Devido à falta de registros documentados e informações acerca do universo da pesquisa, a escolha dos entrevistados se deu pela facilidade de acesso e informações provenientes da rede de contato entre os mesmos.

2.1 Pesquisa de Campo

Após o processo de coleta de dados documentais, foi realizada a pesquisa de campo, por meio de entrevistas com cinco (5) agricultores urbanos, sendo quatro (4) produtores de hortaliças para comercialização e um (1) o presidente da primeira associação de agricultores urbanos da cidade, sendo este produtor de frutas. Nesta fase buscou-se compreender a realidade vivida pelos agricultores urbanos, desde aquisição dos insumos para produção de hortaliças até ao consumidor final dos seus produtos. Para isso Godoy (1995) afirma que:

A análise dos dados de campo deve permitir que o pesquisador verifique a pertinência das questões previamente selecionadas e das percepções que gradativamente vão refinando com o propósito não apenas de descrever, mas, de construir novas explicações e interpretações teóricas sobre o que está acontecendo no grupo social em estudo (GODOY, 1995, p.29).

Durante as visitas técnicas foram realizadas uma bateria de registros fotográficos, pois segundo Stamatto (2009) as imagens fotográficas representam, em

outras palavras, um discurso diferente da linguagem oral e escrita, contudo, as relações entre imagem e realidade devem ser cuidadosamente analisadas. Neste sentido, optou-se em registrar todos os elementos que, de certa forma, poderiam auxiliar ou complementar no entendimento da problemática do presente estudo.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a fim de coletar elementos relacionados ao contexto da produção, no que tange ao histórico; à motivação inicial; à importância para a renda familiar; à relação com o poder público; ao tipo de organização; às potencialidades e aos gargalos; e também coletar informações para o desenvolvimento do aplicativo proposto nos objetivos. A aplicação desta técnica de coleta de dados, que conforme Marconi e Lakatos (1996, p.84), é um procedimento bastante utilizado na “investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”, sendo, no caso específico, na compreensão da agricultura urbana em Montes Claros, MG.

Com isso, as informações provenientes das entrevistas foram transcritas e organizadas em arquivos de computadores para facilitar a interpretação e a discussão. Durante as entrevistas, com a autorização dos pesquisados, foram coletadas as coordenadas geográficas para identificação dos locais de produção/comercialização.

As informações acerca das localizações foram trabalhadas em Sistemas de Informação Geográfica, sendo estabelecidas da seguinte forma:

- a) Coleta das coordenadas geográficas dos locais de produção pesquisados por meio de um receptor de Sistema de Posicionamento Global (GPS);
- b) Organização das coordenadas coletadas em planilha Excel;
- c) Sistematização das informações na elaboração dos mapas por meio dos SIGs *Google Earth Pro* e *GPS TrackMaker*.

Devido não haver ícone específico para a identificação de locais de AU e, com o objetivo de manter a originalidade, foi elaborado um ícone de localização especial para os agricultores urbanos, conforme a Figura 1, sendo este elaborado por meio do *software* gráfico Corel Draw ®.

Figura 1 - Ícone de identificação de locais de produção de AU



Fonte: Da pesquisa, 2017.
Créditos: PINHEIRO, 2017.

Este ícone foi utilizado na elaboração dos mapas de localização das experiências pesquisadas. As imagens utilizadas têm como objetivo remeter a produção agrícola citadina, por isso a contraposição de um(a) agricultor(a) semeando e os prédios ao fundo, dando sentido de produção vegetal na cidade, ou seja, de agricultura urbana.

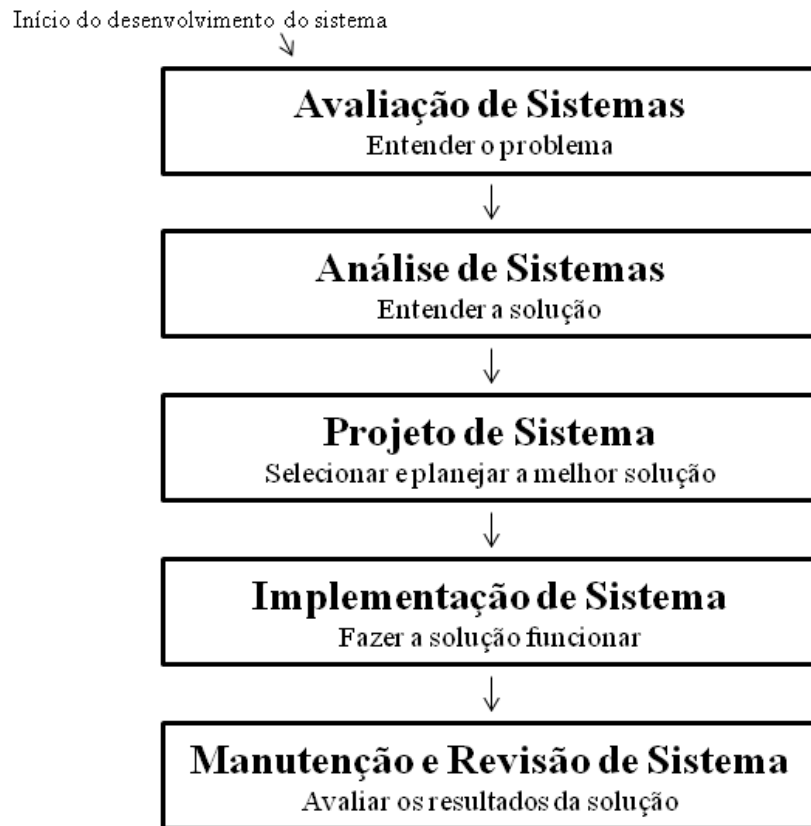
Assim, após a organização dos dados coletados e, abarcado na literatura estudada, o texto da dissertação foi elaborado.

2.2 O Aplicativo

A partir das informações trabalhadas na primeira fase da pesquisa, sendo estas provenientes da pesquisa documental e de campo, foi proposto um *software* para dispositivos móveis (aplicativo) com o objetivo de potencializar a comercialização de produtos provenientes da agricultura urbana no município.

Para ilustrar melhor essa etapa, é importante considerar o ciclo de desenvolvimento de um sistema de informação na concepção de Stair (1998), exposto na Figura 2.

Figura 2 - Ciclo de vida do desenvolvimento de sistemas



Fonte: Adaptada de STAIR, 1998.

Considerando a Figura 2, no trabalho proposto, contemplou-se uma avaliação de sistemas considerando a situação atual da comercialização de AU em Montes Claros. Para isso, as entrevistas com os agricultores urbanos contribuíram para abarcar as informações necessárias nesta fase.

A análise de sistemas foi realizada a partir de um estudo sobre os aplicativos existentes com fins de comercialização de alimentos, como o *Slowfood* e o *Ifood*.

O projeto de sistemas foi contemplado com proposições (projetos) a partir da demanda apresentada nas entrevistas acerca da dificuldade quanto à visibilidade no mercado e também dos estudos realizados na fase de análise de sistemas.

A programação e implementação do *software* será realizada de forma coletiva em um momento posterior a esta apresentação, a partir de uma reunião com os agricultores urbanos interessados com a parceria do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais, onde este fará apenas a programação a partir das proposições advindas dos agricultores.

A manutenção e a revisão serão realizadas por meio de uma avaliação periódica. Neste caso, até a presente defesa da dissertação não foi possível a finalização da proposta, devido essa conclusão necessitar de um tempo maior do que o permitido para a integralização do curso de mestrado.

2.3 Limitações do campo

Apesar do alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa, a mesma dispôs de limitações. Assim, este tópico foi destinado a exposição destas para que o leitor compreenda melhor os passos dados para a finalização da dissertação.

Na pesquisa de campo, as principais limitações permearam a ausência de registros documentados sobre a produção da agricultura urbana e também sobre os produtores, sendo a identificação de um universo primordial em uma pesquisa.

Além da questão sobre a delimitação da pesquisa (universo e amostra), a acessibilidade aos agricultores urbanos dispôs de dificuldade em termos de padronização deste acesso. Diante disso, alguns foram identificados por meio de informações de associações de bairros e outros por informações dos próprios agricultores, devido a rede de contatos existente entre os mesmos.

Apesar de a pesquisa de campo abranger uma área considerável da cidade, contemplando todas as regiões, ou seja, as informações foram buscadas em todas as regiões da zona urbana. A extensão do perímetro urbano de Montes Claros deve ser considerada como uma limitação.

A fim de visualizar melhor as considerações e as observações de campo, foi necessária a elaboração de mapas e figuras contemplando informações coletadas. Apesar da facilidade em programas de *design* gráfico, a pesquisadora teve limitações em relação aos registros cartográficos, sendo estas supridas com cursos sobre o tema.

3 URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: UMA SOCIEDADE SUBMISSA AO CAPITALISMO

3.1 Urbanização e desenvolvimento

As sociedades vêm passando por um conjunto de mudanças econômicas, culturais e ambientais que, de certa forma, estimula a fazer releitura dos conceitos e novos paradigmas, no caso específico da urbanização. Estas transformações fecundadas a partir da revolução industrial trouxeram na relação simbiótica entre urbano e rural, novas formas comportamentais nas dimensões culturais, ambientais, sociais e demográficas. É neste contexto que as territorialidades urbanas se entrelaçam progressivamente com o mundo rural.

Antes de assinalar as relações simbióticas, faz-se necessário apontar, inicialmente, que o processo de urbanização a nível mundial sempre esteve, grosso modo, atrelado aos fenômenos da revolução industrial e consubstanciado a modernização. Ou seja, sempre acompanhou os percursos da expansão das economias de mercado. Com isso, a discussão do tema urbanização exige uma busca principalmente do contexto histórico da formação da sociedade urbana, como exposto nos estudos de Lefebvre (1999).

A *priori*, faz-se necessário esclarecer que Lefebvre (1999) parte da hipótese da urbanização da sociedade para explicar a transição da mesma. Para o autor, a sociedade urbana resulta do que ele chama de urbanização completa. A discussão da Revolução Urbana explicitada por Lefebvre (1999) conclui que a urbanização consiste em um conjunto de transformações que ocorrem na sociedade, por meio do processo de industrialização, no qual a cidade passa a ter a função de suprir a demanda de força de trabalho da indústria. Já o seu discípulo Castells (2009), aponta que urbanização corresponde a um processo típico de ocupação do espaço por uma determinada população, a partir de uma concentração intensa e, por conseguinte, uma alta densidade populacional.

Na outra visão sobre a urbanização, Benko (1999), aponta que o processo em si está calcado em duas perspectivas que se complementam, a saber: a transnacionalização dos espaços econômicos e a regionalização dos espaços sociais. A primeira é influenciada por agentes externos e a segunda corresponde uma força interna que reage no sentido contrário.

Em um eixo temporal, Lefebvre (1999) explica a formação das cidades a partir do ponto zero (Aldeias), passando pela cidade política, pela cidade mercantil, pela cidade industrial, até o ponto 100 que o autor considera como a zona crítica (100% do estado de urbanização). A zona crítica, exposta pelo autor como 100% de

urbanização numa visão virtual, consiste em uma realidade atual planetária para Castriota (2016).

As afirmações expostas por Castriota (2016) são contempladas a partir das teorizações clássicas do urbano e da urbanização extensiva, contemplando os estudos de Lefebvre e Monte-Mór. Nesse sentido, o autor reafirma sobre os fenômenos de implosão-explosão, bem como da participação arbitrária do capitalismo nestes processos.

Assim, para Monte-Mór (2006), a cidade passou por um processo duplo de implosão-explosão, onde sua centralidade implodiu sobre si e a periferia explodiu sobre o entorno. A explosão sobre o entorno exposta por Monte-Mór (2006), e também por Lefebvre (1999), incide na formação dos tecidos urbanos, os quais são compostos pelas manifestações de predomínio da cidade no campo.

Sobre a explosão, Castriota (2017) a relaciona com a extensão do tecido urbano e modernização estrutural, mas o autor completa (re) leitura do fenômeno apresentando a ele também o significado de cidadania extensiva.

A partir disso, Monte-Mór (2006, p. 5) afirma que:

[...] a cidade significou condição fundamental para o desenvolvimento da indústria, concentrando a população consumidora, os trabalhadores e as condições gerais de produção para instalação das empresas fabris presentes (ou criadas) apenas em algumas cidades, como até recentemente no Brasil (MONTE-MÓR, 2006, p. 5).

Segundo o autor supracitado, já se pode falar em uma sociedade virtualmente urbana no Brasil, a qual é marcada pela transformação da economia agroexportadora voltada para substituição de importações para o mercado interno, redefinindo a cidade industrial. Essa transformação, para o autor, contou com um papel importante do Estado na regulação das relações entre capital e trabalho, na garantia dos meios de produção para a indústria, ou seja, na perspectiva de contribuição para a sinergia capitalista em prol da acumulação de riqueza.

Com as falas dos autores, a cidade pode revelar a referida sinergia de dominação a partir da estruturação dos processos produtivos, ou seja, as forças de atração implicam diretamente nas altas taxas de crescimento geométricas da população e por consequência o aumento na relação população sobre o espaço.

Monte-Mór (2006) ainda discute sobre as “novas fronteiras urbanas” no Brasil e aponta para uma urbanização extensiva em quase todo território brasileiro, além disso, critica a condição de imposição da lógica urbano-industrial imposta ao urbano

social contemporâneo, integrando espaços rurais com a lógica de produção capitalista pautada pelo consumo. Desta maneira, a discussão de Lefebvre (1999) e de Monte-Mór (2006) enfatiza o domínio do capitalismo sobre sociedade e, sobretudo, na formação da sociedade urbana.

A propósito, para Furtado (1978) a formação das sociedades capitalistas tem como fase decisiva a Revolução Burguesa, a qual levaria a um “[...] conjunto de transformações sociais - condizentes à autêntica mutação que produziu a sociedade industrial capitalista” (FURTADO, 1978, p.39).

O debate que cerceia o tema versa a difusão da civilização industrial, a qual segundo Furtado (1978), tende a tecer laços de interdependência, verificados nos critérios de racionalidade instrumental, que produziram na Europa um estilo de civilização marcada pela industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder). Vê-se, desta forma, a íntima relação entre urbanização, industrialização e secularização acima mencionadas.

A difusão desse modelo de civilização leva às estruturas sociais a ideia de canalização do processo de acumulação e das “[...] formas de comportamento que tendem a acentuar as desigualdades de níveis de patrimônio e de renda, com reflexos na estrutura de dominação social” (FURTADO, 1978, p. 51). Nesse sentido, Furtado (1978) reverbera a fragilidade da perspectiva de que todo e qualquer crescimento econômico conduziria ao desenvolvimento, sendo afirmação do autor que o processo de evolução da Civilização Industrial (economicista), como no caso europeu, não pode ser confundido com desenvolvimento.

Para Furtado (1978), a ideia de desenvolvimento comporta ambiguidades, e essas são ainda maiores quando consideradas no quadro da difusão da civilização industrial. Ao tema desenvolvimento, Furtado (1992) alterca sobre o subdesenvolvimento e tangencia a relação entre a modernização e o desenvolvimento, bem como as implicações destes na economia e na sociedade.

Furtado (1992) afirma que o progresso técnico (desenvolvimento econômico), o qual está diretamente ligado à produtividade (redução dos custos de produção) que, em seu curso histórico, desencadeou a desigualdade social (distribuição de renda desigual/redução dos salários reais/baixo poder de compra) e as pressões inflacionárias como forma de controle da participação dos salários no produto social.

Nesse sentido, Furtado (1992) aponta a modernização como a desarticulação entre a produtividade setorial e o consumo específico, tendo como consequência o subdesenvolvimento. Contudo, conforme expõe o autor, o crescimento da produtividade não está diretamente ligado ao “verdadeiro” desenvolvimento. Ademais, o autor esclarece que a homogeneização social é uma condição necessária, mas não o suficiente, para a superação do subdesenvolvimento e, assim, o alcance do desenvolvimento.

Insta salientar, conforme Santos e Silveira (2002), que a metrópole constitui-se o lugar em que o moderno adapta-se sem atentar para o preexistente. Afirmam que o custo do alheamento na implantação da modernidade significa peso sobre outros aspectos da vida local, haja vista custos públicos, privados, federais, estaduais e municipais. Para tais autores, embora apenas subáreas privilegiadas gozem dos benefícios advindos da modernização, toda a cidade sofre com as consequências da lógica díspar da modernidade, posto que o espaço citadino é um organismo.

Em se tratando de subdesenvolvimento, Sposito (1997) assevera que há relação entre o crescimento das cidades dos países subdesenvolvidos com a industrialização, embora não haja correspondência em seus ritmos, e que o crescimento das cidades não decorra exclusivamente da industrialização. Neste contexto, assinala que:

De fato, os países ditos subdesenvolvidos passam, ainda que em níveis diferentes, por processos de industrialização, que dão sustentação ao próprio desenvolvimento do capitalismo monopolista. O que não se pode afirmar é que esta industrialização responda pelos ritmos acentuados de urbanização nos países “subdesenvolvidos”, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. A nossa urbanização resulta das formas tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo, que se traduz na articulação das relações econômicas, sociais e políticas existentes entre os países “desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos”. Poderíamos dizer, em outras palavras, que a nossa urbanização resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental (a do “centro”), abarcando os espaços periféricos e desorganizando e/ou apropriando das formas de produção tradicionais destes países (SPOSITO, 1997, p. 10).

Assim, como expõe Harvey (2005), as revoluções em tecnologia, relações espaciais, relações sociais, hábitos de consumo, entre outras características capitalistas, apesar de sua omissão, podem ser compreendidas por meios de estudos dos processos urbanos. Contudo, o autor considera importante a investigação do papel que o processo urbano desempenha na distribuição

geográfica da atividade humana e na dinâmica político-econômica do desenvolvimento geográfico desigual recente.

Ao discutir o tema desenvolvimento, Brandão (2008) defende a importância de compreender a lógica capitalista, a qual o autor coloca como um processo padronizado pautado na expansão de base material. Na mesma linha, Ortega (2008) critica a visão positivista da relação de progresso com desenvolvimento imposta nessa lógica.

Assim, o conceito de desenvolvimento exposto por Brandão (2008) relaciona-se com o envolvimento de ações que rompem a ideia ultrapassada (desenvolvimento padronizado e por etapas) e exige ênfase em seus processos e interações entre as decisões nas várias camadas sociais, onde o processo ocorra simultaneamente nas escalas espaciais. Nesse sentido, para o autor, não é possível generalizar o processo de desenvolvimento, como defende as vertentes capitalistas.

Em relação ao tema, Furtado (1978) trata a fragilidade da ideia de que todo e qualquer crescimento econômico conduz ao desenvolvimento, onde o autor afirma que o processo de evolução da Civilização Industrial (economicista) não pode ser confundido com desenvolvimento. Para o autor, a ideia de desenvolvimento comporta ambiguidades, e essas são ainda maiores quando consideradas no quadro da difusão da civilização industrial.

O crescimento econômico, como aborda Alves *et al.* (2011), consiste no aumento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB) global e *per capita* e, diante dessa interpretação, os autores ainda asseguram a ideia de que o crescimento econômico não beneficia toda a população e, por esse motivo, nem sempre tem o efeito de desenvolvimento.

Contudo, ao relacionar os estudos acerca da relação do processo de urbanização com as críticas ao modelo convencional de desenvolvimento e, sobretudo, correlacioná-los com as abordagens atuais acerca das políticas públicas e os modelos gerenciais utilizados pelo poder público, pode-se perceber que não há uma visão holística necessária da realidade da sociedade e suas nítidas multifaces. Para tanto, é necessária uma abordagem completa das especificidades locais, territoriais e regionais para os estudos e propostas em prol de um desenvolvimento real.

3.2 Urbano, rural e cidade

A temática urbano-rural tem sido analisada por muitos e destacados geógrafos, sociólogos, economistas e, entre outros estudiosos, sobretudo no que diz respeito ao Brasil cujos trabalhos tem sido referências para diversas pesquisas na área. Não se trata de resgate às discussões empreendidas pelos autores, mas sim contextualizar alguns elementos que julgamos pertinentes para o avanço da abordagem sobre a agricultura urbana.

As relações urbano-rural, durante um longo período, eram julgados por uma natureza funcional, onde o rural era vista como espaço de produção meramente agrícola e fornecedora de alimentos e matéria prima para as cidades. Já as cidades, consideradas como lócus do poder e espaços privilegiados de mercado, onde aconteciam as trocas de produtos da agricultura e onde produtos eram processados/manufaturados e comercializados. No estudo de Lefebvre (2006), “O Direito à Cidade”, ressalta a separação entre o campo e a cidade. Para o autor, esta separação se dava a partir das primeiras divisões de trabalho, onde na cidade se processavam as funções de organização política, militar e do conhecimento e no campo apenas as atividades agrícolas, ou seja, as atividades camponesas,

As abordagens de Lefebvre, Monte-Mor e os demais autores citados na discussão anterior contemplam, de forma espetacular e completa, o estudo sobre a urbanização, considerando o seu processo e fenômenos. A relação deste processo com a imposição do capitalismo sobre a sociedade foi apreciado no tópico anterior, compreendendo a relação (ou não) entre a urbanização e o desenvolvimento. No entanto, verificou-se a necessidade de abordar, para além da urbanização, o que é discutido sobre o urbano, o rural, a cidade e a relação e interposição entre estes.

Ao contemplar a relação crítica aos conceitos de urbano e cidade, Castriota (2016) objurga a falta de critério empírico dos estudos acerca das taxas de urbanização da população, ou seja, o autor chama atenção para a necessidade de considerar as especificidades de cada “espaço urbano”, sobretudo, afirma que o urbano e a urbanização são um processo e não uma forma ou tipo de assentamento ou unidade delimitada.

De forma díspar ao urbano, a cidade contempla um espaço delimitado, por meio de legislação municipal e, a partir desta delimitação, as pesquisas oficiais acerca das taxas de urbanização criticadas por Castriota (2016) são realizadas. Assim, a compreensão que se tem do autor é de que o urbano se dá além do

espaço delimitado como cidade, onde se apresenta como a imposição capitalista e não o espaço em si.

Contemplando a imposição capitalista expressa nas afirmações dos autores supracitados, percebe-se a existência de o que Rua (2006) chama de “novo rural”. Segundo o autor houve um processo de recriação do rural, onde se observa novas territorialidades que resultam das interações urbano-rural (tecnologia em áreas rurais, por exemplo). As novas formas de produção, numa lógica capitalista, conforme exposto pelo autor também são características do novo rural.

Nesse sentido, o autor afirma que há uma semelhança entre “urbanidades no rural” e as “novas ruralidades”. A ideia de “urbanidades no rural” proposta pelo autor consiste em compreender que as especificidades do rural devem ser preservadas e esta pode ajudar na análise de múltiplas territorialidades criadas pelo caráter híbrido que o espaço adquire. O caráter híbrido, segundo do autor, compreende a capacidade de modificar sem extinguir, sendo esta habilidade a maior característica do rural.

Considerando as especificidades do urbano e do rural e suas inter-relações, Castriota (2016) chama a atenção para o citadismo metodológico, ou seja, os estudos urbanos realizados no campo da padronização do rural e do urbano, sem considerar as especificidades. No entanto, sabe-se que programas e políticas públicas são elaborados com base em estatísticas oficiais, a partir de pesquisas nessa perspectiva criticada por Castriota (2016). Não obstante, é necessário abordar aqui os critérios de classificação acerca do urbano e do rural contemplados pelos órgãos públicos nas estatísticas oficiais.

A pesquisa referente à urbanização realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera a situação de domicílio da população, sendo considerada a residência do pesquisado, se localiza em área urbana ou rural, conforme divisão administrativa.

O Quadro 1 mostra as definições utilizadas pelo IBGE nas pesquisas oficiais atuais:

Quadro 1 - Classificação de áreas utilizadas em estatísticas oficiais

Classificação da área	Conceito
Área Urbana	Área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal.

Área Rural	Área de um município externa ao perímetro urbano.
Área Urbana Isolada	Área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal.
Áreas urbanizadas de cidade ou vila	Áreas legalmente definidas como urbanas e caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e aquelas reservadas à expansão urbana.
Áreas não urbanizadas de cidade ou vila	Áreas legalmente definidas como urbanas, mas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.
Áreas urbanas isoladas	Áreas definidas por lei municipal e separadas da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.

Fonte: IBGE, 2017.

Considerando os conceitos abordados no Quadro 1 percebe-se que as estatísticas oficiais acerca da urbanização são elaboradas a partir de delimitações expressas em legislação, considerando uma divisão administrativa e excluindo os aspectos culturais e sociais.

No entanto, em 2009, foi elaborado um projeto de lei (PLS 316/09) que inclui critérios de classificação para os municípios e sugere uma revisão dos critérios utilizados pelas estatísticas oficiais acerca dos territórios e da população:

§ 1º Os municípios serão classificados de acordo com sua população, densidade demográfica e composição do produto interno bruto municipal em: I – **município rural** se tiver população inferior a cinquenta mil habitantes, valor adicionado da agropecuária superior a uma terça parte do produto interno bruto municipal e densidade demográfica inferior a oitenta habitantes por quilômetro quadrado; II – **município relativamente rural** se tiver população inferior a cinquenta mil habitantes, valor adicionado da agropecuária entre uma terça parte e quinze centésimos do produto interno bruto municipal e densidade demográfica inferior a oitenta habitantes por quilômetro quadrado (...) (BRASIL, 2009)³.

O projeto de lei supracitado propõe alteração dos critérios considerados pelas estatísticas oficiais considerando, como supracitado, revisando questões ligadas à densidade demográfica, principal setor produtivo do município e tamanho da população.

³ Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=2964018&disposition=inline>. Acesso em 10 mai 2017.

Assim, diante das afirmações citadas, entende-se como urbano o modo de vida submisso ao capitalismo; a cidade como um perímetro delimitado em lei específica, o qual se acredita que passa por subjulgamentos de caráter tendencioso para benefícios próprios do poder público; e o rural transcende os demais diante de sua culturalidade, especificidade e potencial híbrido, como exposto por Rua (2006).

Em suma, as relações urbano-rural têm apresentado evolução de configurações determinadas por novos elementos (como: estruturas sociais, meio ambiente e instituições públicas e privadas) e diversificados ao longo do tempo. Esta evolução está atrelada às transformações sociais e econômicas das comunidades rurais e dos núcleos urbanos, conforme aponta Favareto (2006). Sugere-se com isso, que a expansão e aprimoramento do urbano influencia, em grande medida, no rural contemporâneo, principalmente na economia e na sua organização espacial.

Contudo, diante da discussão contemplada neste tópico, o tema proposto nesta pesquisa, expõe a inter-relação no sentido contrário, mas que não o invalida, do abordado por Rua (2006), pois a Agricultura Urbana pode ser entendida como uma “ruralidade no urbano”, no entanto, é importante ressaltar que, apesar de ser uma prática que ficou evidenciada na contemporaneidade, não é novidade nos espaços delimitados da cidade.

3.3 Evolução da urbanização no Brasil

Considerando a importância das estatísticas oficiais acerca da população brasileira, apesar de ter conhecimento sobre suas falhas frente aos conceitos de urbano, cidade e rural, este tópico irá abranger dados demográficos com o objetivo de compreensão do processo de migração rural-urbano no Brasil e suas consequências.

Ao contemplar os dados demográficos, percebe-se que a população brasileira é predominantemente residente dos perímetros urbano. Conforme o censo do IBGE (2010), no Brasil há mais de 190 milhões de habitantes, sendo a maioria habitada nas áreas urbanas. Porém, ao consultar a projeção⁴ realizada pelo órgão, no ano de

⁴ Foram utilizadas as populações projetadas para 1º de julho, cobrindo os anos de 2000 a 2020, extraídas da Projeção de População do Brasil 2013, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas (MCD) para cada uma das 27 unidades da federação, com as seguintes características:

- População de partida – Estrutura ajustada por sexo e grupos quinquenais de idade para o Censo Demográfico 2000;

2017 a população passa dos 207 milhões, o que indica que a população urbana atual é maior do que o total do último censo.

Entretanto, a inversão de residência brasileira no sentido rural-urbano remonta o período 1940 - 1980, como afirma Santos (2008), com grande explosão da população urbana entre as décadas de 1970 e 1980 (TABELA 1).

Tabela 1 - Taxa de Urbanização no Brasil 1940 a 2010

Ano	Taxa de urbanização
1940	31%
1950	36%
1960	45%
1970	56%
1980	68%
1991	76%
2000	81%
2010	84%

Fonte: IBGE, 2017.

No Brasil, o êxodo rural foi motivado pela mecanização do campo e pelas péssimas condições de vida que sublinhavam o espaço rural e latifundiário do país. Sem perspectivas de condições favoráveis no campo, as pessoas migraram para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida (SANTOS, 2008).

Neste contexto, a industrialização tornou-se um dos fatores contribuintes para a nova conjuntura do espaço geográfico brasileiro, já que ampliou a oferta de emprego e subsidiou o crescimento de atividades como a construção civil, o comércio e a prestação de serviços, atraindo ainda mais a população rural para as cidades. Todavia, ressalta-se que as cidades no Brasil já existiam muito antes ao processo de industrialização, mas apenas a partir da segunda metade do século XX que elas passaram a ter um papel decisório na organização do espaço geográfico brasileiro.

As cidades assumiram o centro das decisões políticas e socioeconômicas ao lado dos movimentos culturais e de cunho sócio reivindicais. De fato, mesmo

-
- Mortalidade – oriunda da Projeção da população do Brasil 2013 por sexo e idade para o período 2000 – 2060, utilizando as tábuas construídas para 2000 e 2010;
 - Fecundidade oriunda da Projeção da população do Brasil 2013 por sexo e idade para o período 2000 – 2060, utilizando as taxas específicas de fecundidade construídas para 2000 e 2010; e
 - Migração internacional – oriunda da Projeção da população do Brasil 2013 por sexo e idade para o período 2000 – 2060.

pessoas que vivem e trabalham no espaço rural, consideravelmente, estabelecem relações estreitas com a dinâmica urbana.

Todavia, o processo de urbanização em caráter de celeridade e desordenado desencadeou diversas consequências à sociedade brasileira, como o agravamento dos problemas socioambientais, segregação socioespacial, proliferação do trabalho informal, acentuação das desigualdades socioeconômicas, aumento da especulação imobiliária e da precarização das moradias. Ou como assevera Rodrigues (1997, p. 11):

É suficiente observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferenciação entre as características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da “conservação”, de acabamento das casas, das ruas – asfaltadas ou não –, a existência de iluminação, esgotos, etc. para se ter uma noção da segregação espacial. Ao mesmo tempo, há espaços servidos de infra-estrutura e outros sem . Há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação. Amplos espaços servidos de infra-estrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que a diversidade não se refere apenas ao tamanho das características das casas e terrenos, mas à própria cidade (RODRIGUES, 1997, p. 11).

A propósito, Santos (2008) analisa o contexto urbano brasileiro e traz à discussão as intensas disparidades socioeconômicas que margeiam a dinâmica brasileira, reafirmando os desníveis de renda e habitabilidade no cenário social urbano do país, marcado pela divisão desigual do trabalho e dos lucros advindos dele.

Contudo, insta salientar que tais disparidades, expostas pelo autor, também são observadas entre os estados e suas regiões, o que pode ser explicado pelas intensas diferenças econômicas (tanto em números quanto em atividades) e culturais. Assim, conforme apontado por Castriota (2016), apesar dos fenômenos ocorridos mutuamente no processo de urbanização, as especificidades de cada localidade e região deve ser considerada, pois as relações acontecem em todas, mas em cada uma na sua forma e tempo.

3.3.1 Evolução da Urbanização no Norte de Minas Gerais e em Montes Claros

Assim como em dimensão nacional, conhecer as estatísticas oficiais meso e microrregionais é importante para a compreensão das dinâmicas populacionais e da intervenção pública sobre o espaço.

A região norte de Minas Gerais possui 89 municípios, os quais, conjuntamente, formam sete (7) microrregiões, sendo Bocaiuva (cinco municípios), Grão Mogol (seis municípios), Janaúba (13 municípios), Januária (16 municípios), Montes Claros (22 municípios), Pirapora (10 municípios) e Salinas (17 municípios) (ANEXO1), compreendendo uma população de 1.610.413 habitantes, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2017).

De forma díspar a outras regiões do estado, a região norte de Minas Gerais obteve taxa de urbanização superior a 50% a partir da década de 1991 (54,74%), (IBGE, 2017). Este fenômeno, de acordo com estudos realizados por Pereira (2007), ocorreu em face ao lento processo de migração rural-urbano dos municípios da região que, devido a população ter atividades ligadas principalmente a agricultura tradicional, permaneceram por mais tempo residindo na zona rural.

Sobretudo, o Norte de Minas ainda dispõe de 33 municípios com predominância da população rural sobre a urbana (ANEXO1), o que comprova a relação direta dos municípios com atividades ligadas às práticas agrícolas.

Ao contemplar a população urbana das microrregiões norte mineiras, é observado um destaque para a microrregião de Montes Claros, tanto pela taxa de urbanização, a qual ocupa a posição 2 na mesorregião; quanto pelo maior número de habitantes residentes na zona urbana, reafirmando a distinção da urbanização na região do estado (TAB. 2).

Tabela 2 - População das microrregiões do Norte de Minas - 2010

Microrregião	Total	Urbana	Rural	% Urbanização
Pirapora	164.903	138.992	25.911	84%
Montes Claros	601.867	478.452	123.415	79%
Bocaiuva	68.624	50.438	18.186	73%
Janaúba	247.487	156.691	90.796	63%
Salinas	212.359	122.517	89.842	58%
Januária	261.360	141.255	120.105	54%
Grão – Mogol	42.669	18.806	23.863	44%

Fonte: IBGE. Censo de 2010.

A urbanização norte mineira ocorreu de forma diferenciada entre as cidades devido à disparidade também inferida no processo de industrialização, onde municípios foram contemplados com ações do Estado voltadas para o processo de industrialização que estimularam a migração para a cidade, como expõe Pereira e Soares (2005, p. 11763):

No Norte de Minas, a industrialização, fruto da ação do Estado, estimulou os fluxos migratórios campo-cidade. A distribuição da indústria ocorreu de forma desigual, o que gerou uma urbanização também desigual. Uma das repercussões dessa urbanização foi a acentuação das desigualdades intra regionais: Montes Claros concentra a maior parte dos investimentos industriais e um setor terciário diversificado. Essas informações são relevantes para o entendimento do fato do crescimento urbano ter sido mais intenso nas cidades que possuem uma industrialização ainda que incipiente, sem desconsiderar a influência de outros fatores como as mudanças na legislação rural, a emergência de uma sociedade de consumo e o significado da cidade, enquanto representação do moderno (PEREIRA e SOARES, 2005, p. 11763).

Nesse sentido, após os incentivos provenientes da SUDENE, com o tempo, a cidade de Montes Claros passou a contemplar um micropolo do Norte de Minas, devido sua importância econômica que, atualmente, se expressa para além da indústria e seus reflexos na dinâmica da cidade.

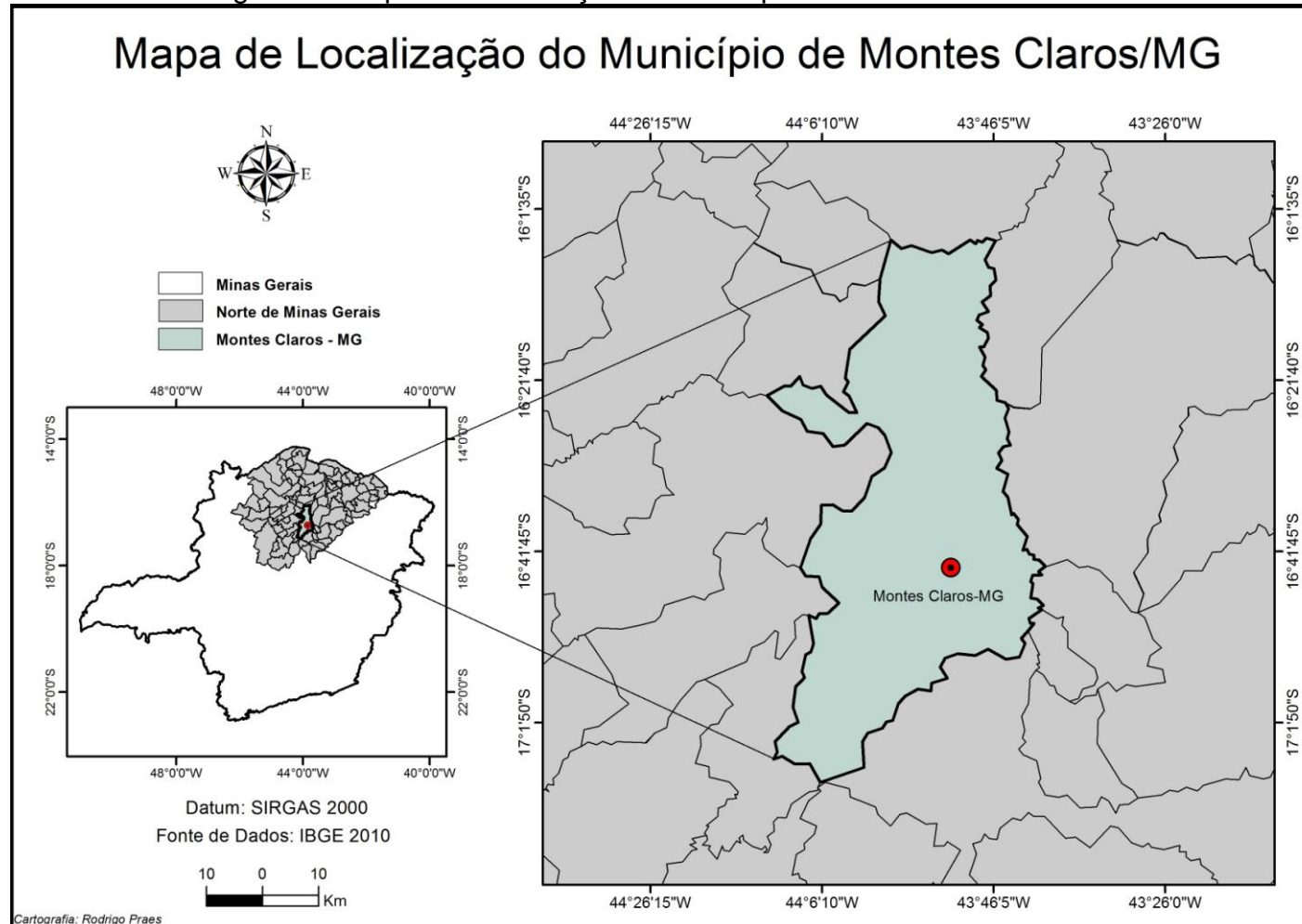
Os investimentos focados no processo de industrialização para Montes Claros, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme exposto por Leite e Pereira (2005), ocorreram concomitante com as mudanças no campo e, nesse sentido, impulsionaram o processo de urbanização do município por meio de duas causas e um efeito, sendo o aumento da população urbana motivada tanto pela repulsão do campo (Revolução Verde) quanto pela atração da indústria

(demanda de mão de obra), assim como exposto por outros estudos desenvolvidos em outras regiões no Brasil.

No intuito de conhecer o município de Montes Claros, este tópico também aborda dados coletados por meio de estatísticas oficiais e correlaciona com afirmações de outros autores sobre a urbanização.

O município de Montes Claros é localizado na região norte de Minas Gerais (FIGURA 3), a uma distância de 418 Km da capital do estado, dispõe de uma área de 3.568,41 km², uma população estimada de 398.288 pessoas, apresentando uma densidade demográfica de 111,61 (IBGE, 2017).

Figura 3 - Mapa de Localização do município de Montes Claros – MG



Org.: PINHEIRO, 2017.

Conforme exposto na Tabela 3, observa-se que a população urbana de Montes Claros já superava a rural desde 1970.

Tabela 3 - Evolução da população de Montes Claros 1960 - 2010

Ano	Total	Urbana	Rural
1960	132.502	46.531	85.971
1970	116.486	85.147	31.339
1980	177.302	155.295	22.007
1991	250.062	227.759	22.303
2000	306.947	289.183	17.764
2010	361.915	344.427	17.488

Fonte: IBGE. Censos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Os dados supracitados permitem inferir sobre o crescimento contínuo da população urbana no município no período 1960 a 2010, ou seja, o processo de migração intensificou com o tempo, chegando a uma taxa de urbanização de 95,17%. É imprescindível ressaltar aqui que as alterações demográficas de Montes Claros estão ligadas não só a migração rural-urbano, mas também se relaciona às imigrações de pessoas de municípios e regiões próximas, as quais são atraídas pela representatividade do município na região quanto a economia, educação e infraestrutura.

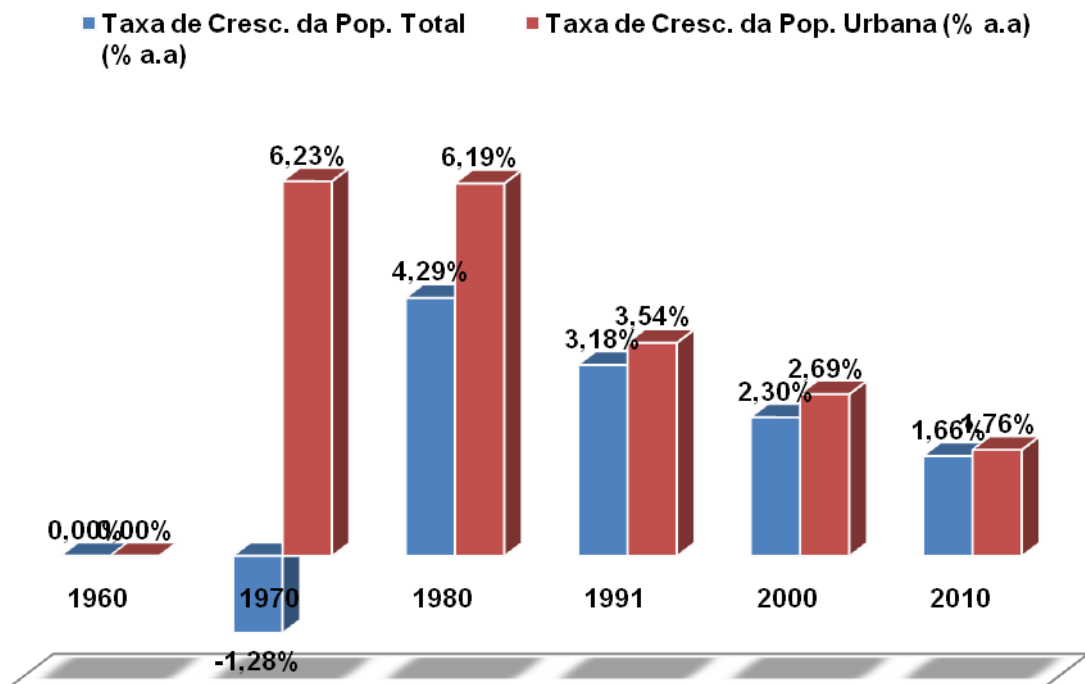
Além da imigração, é relevante ressaltar a ocorrência de migração pendular diária na cidade, ocorrida principalmente pelos serviços de saúde (pessoas de cidades e regiões próximas fazem tratamentos de saúde na cidade) e educação superior (acadêmicos de cidades vizinhas e viajam até Montes Claros diariamente para frequentar a IES em que estudam).

Ao comparar o crescimento da população total com a população urbana, percebe-se que, no período 1960-1980, a população urbana de Montes Claros teve um salto de crescimento muito acima do que se observa na população total, sendo este fato uma reafirmação da interferência das políticas voltadas para a industrialização no processo de urbanização do município (GRAFICO1).

O incremento reduzido da população total pode ser causado pelas emancipações dos municípios que antes eram distritos de Montes Claros, ou seja, parte da população total, antes correspondente ao município, passa a pertencer a uma nova unidade administrativa.

Entre 1991 e 2010 houve uma redução do incremento médio, com a população urbana apresentando, pela primeira vez, uma tendência ao declínio no seu ritmo de crescimento relativo. Mesmo assim, o incremento da população urbana ainda é positivo. Sugere-se, que este declínio esteja relacionado impacto da fase atual da transição demográfica que o país vem atravessando, com taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição, bem como a queda no ritmo da migração rural-urbana.

Gráfico 1 - Crescimento da população de Montes Claros – 1960 a 2010



Fonte: Adaptado de IBGE, 2017. Dados dos Censos 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

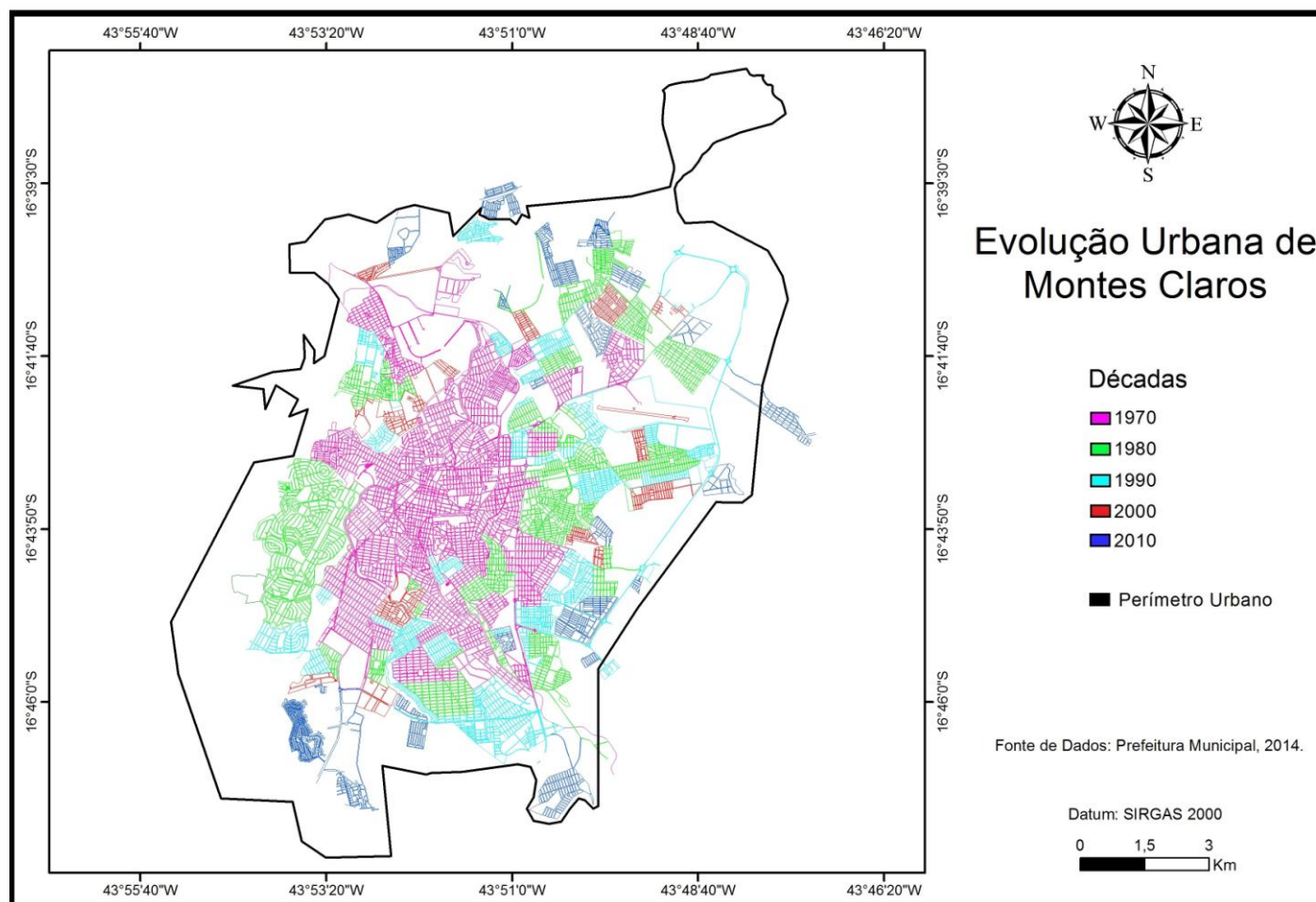
O intenso processo migratório ocorrido na década de 1970, tanto migração rural-urbano quanto a imigração da população de cidades próximas é materializado no Censo de 1980, com o aumento da população total e urbana, como percebido no Gráfico 1, devido representar um fenômeno de efeitos percebidos com o tempo. No entanto, além dos processos migratórios, também é necessário ressaltar que o aumento populacional tem ligação direta com outros fatores como natalidade, mortalidade e outros.

Assim, percebe-se que, considerando as taxas de natalidade, mortalidade e principalmente a migração, devido às influências da época, a taxa de urbanização do município em estudo teve seu ápice no momento de intensos investimentos em prol da industrialização, o que reafirma os estudos supracitados sobre esta inter-relação.

Apesar da SUDENE dispor de um papel importante no processo de industrialização de Montes Claros, sabe-se que o resultado dessa política de desenvolvimento “de cima para baixo” não foi eficiente, pois muitas das empresas fomentadas na época não tiveram sucesso e suas instalações resultaram em um “cemitério de indústrias”, onde atualmente os prédios são reutilizados por Instituições de Ensino Superior (IES). De forma interessante, a cidade passou a ter uma representatividade na região norte do estado quanto ao número de IES e, esse fato, também consiste em uma das causas dos processos migratórios, com destaque à migração pendular (ANEXO 2).

Concomitante ao processo de urbanização, conforme estudos de Canan (2014), é possível observar uma intensa expansão da malha urbana de Montes Claros no período de 1970 a 2010 (FIGURA 4).

Figura 4 – Expansão urbana de Montes Claros - MG



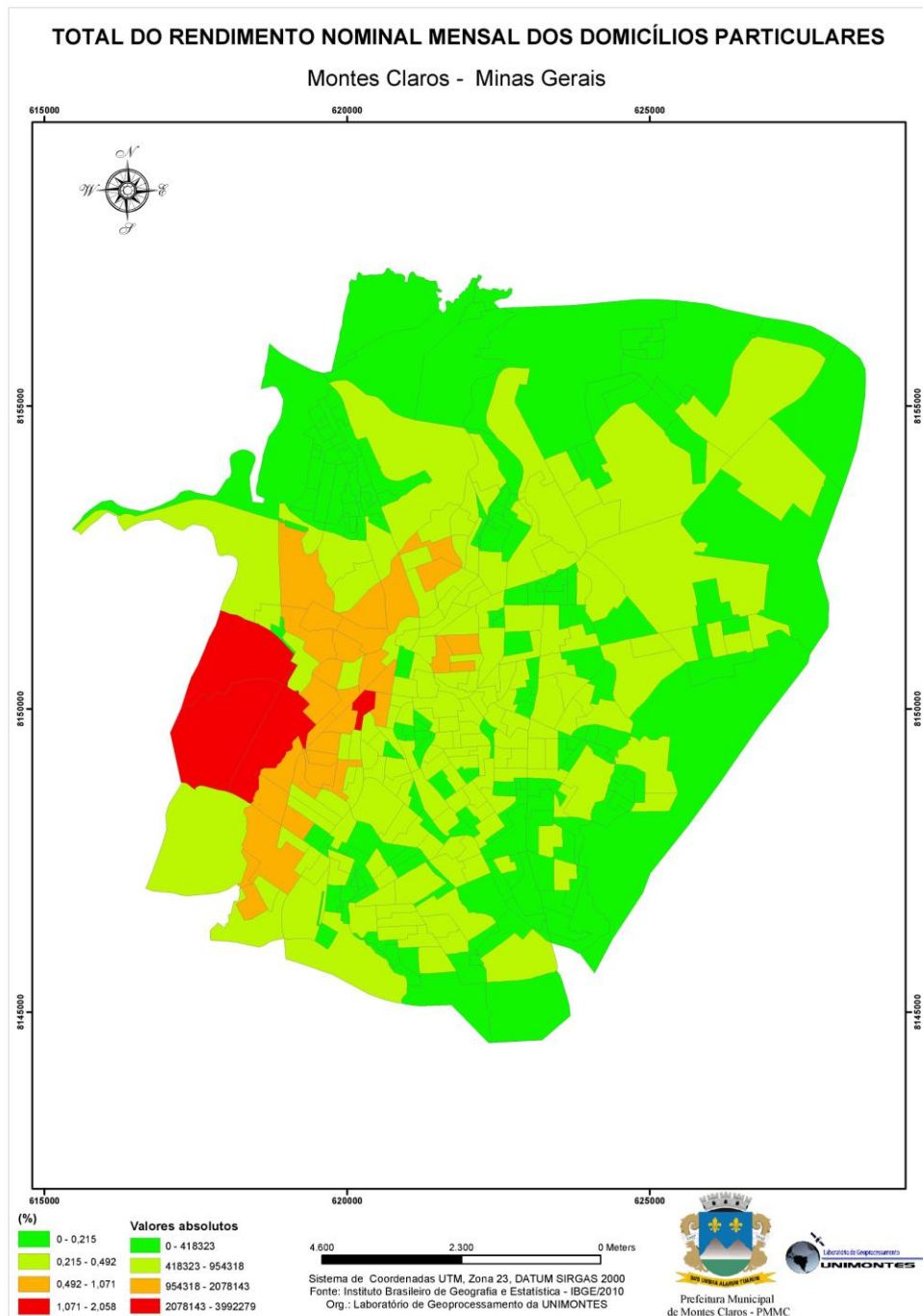
Fonte: Canan, 2014, p. 61.

A ampliação da malha urbana de Montes Claros se deu, segundo Canan (2014), por meio da distribuição desigual da infraestrutura urbana e por consequência de interesses de especulação imobiliária. A autora ainda chama a atenção do efeito dessa expansão ao meio ambiente:

A distribuição desigual da infraestrutura urbana alterou interesses da especulação imobiliária e trouxe como consequência, um crescimento rápido, espontâneo e desordenado, ocupando espaços, mas também com a criação de grandes espaços vazios. Tal ocupação predominantemente horizontal resultou na segregação espacial, tanto étnica quanto social, nas grandes concentrações urbanas, assim como os problemas decorrentes de uma postura predadora em relação à natureza e seus recursos (CANAN, 2014, p.62).

A segregação espacial supracitada é percebida ao observar os rendimentos mensais dos domicílios particulares (FIGURA 5).

Figura 5 - Mapa do Rendimento Nominal Mensal dos Domicílios Particulares de Montes Claros - MG



Fonte: Plano Diretor de Montes Claros, 2016.

A Figura 5 mostra que há uma concentração de renda na região oeste da cidade, o que reafirma a segregação apontada por Canan (2014) e também corrobora com a discussão de Furtado (1978) sobre desenvolvimento, pois apesar da cidade apresentar uma importância regional quanto a sua economia, a desigualdade social é eminente.

Além da segregação, a expansão da malha urbana exposta na Figura 4, com destaque às décadas de 1990 a 2010, reflete o conceito de urbanização extensiva de Monte-Mór (2006) e revisto por Castriota (2016), entendido como a utilização operacional de espaços distantes da centralidade como suporte às atividades quotidianas e dinâmicas socioeconômicas da vida urbana, ou seja, a reorganização do espaço como desconcentração e, conseqüentemente, o aumento da espessura urbana.

4 AGRICULTURA URBANA

4.1 Notas introdutórias: conceito a prática em Minas Gerais

No que tange ao conceito de Agricultura Urbana (AU), observa-se uma diversidade de definições voltadas ao tempo de dedicação à produção, às especificidades produtivas e ao tamanho e local do espaço utilizado.

Conforme assinala Boukharaeva *et al.* (2005), o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) aponta que a produção familiar em tempo parcial corresponde à definição da AU que ocorre no Brasil. “É uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos circuitos de produção” (BOUKHARAEVA *et al.*, 2005, p.416-417).

De acordo com a Lei 15.973 de 12/01/2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em Minas Gerais, entende-se como AU “o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano”.

As definições mais utilizadas da AU, para Mougeout (2005), baseiam-se em determinantes como as atividades econômicas, considerando as fases produtivas (produção, processamento e comercialização) e a inter-relação destas no tempo; a localização, sendo o elemento mais considerado nas definições, onde consideram a agricultura urbana e a periurbana; os tipos de áreas, englobando a propriedade, o desenvolvimento da área (construída ou baldia), a modalidade do uso ou da posse e relaciona também a categoria oficial do uso do solo; o sistema e a escala de produção, sendo que, para o autor, todos os sistemas são aceitos; os tipos de produtos, em que o autor enfatiza a produção de alimentos; e a destinação dos produtos, sendo observado que a produção proveniente da AU destina-se tanto para o consumo quanto para a comercialização.

Mougeout (2005) ainda salienta a necessidade de se considerar a interação da AU com o ecossistema urbano, considerando que a definição de agricultura urbana não está ligada apenas à sua localização e sim à sua conexão com o organismo urbano. Assim, o autor assegura que “a agricultura urbana interage com diversas facetas do desenvolvimento urbano, também é fato que ela pode nos ajudar a

diversificar e fortalecer nossas estratégias de gerenciamento urbano” (MOUGEOUT, 2005, p. 7).

Boukharaeva *et al.* (2005), Brito (2011) e outros pesquisadores da temática contemplam a migração rural-urbano como um dos motivos do desenvolvimento de práticas de agricultura urbana e apontam aspectos importantes no que tange às contribuições da mesma para o desenvolvimento social.

Aquino e Assis (2007) consideram a AU uma estratégia frente aos gargalos enfrentados nas áreas urbanas (produção de lixo, inchaço populacional e inexistência de condições econômicas das populações pobres para a compra de alimentos). “Na prática, a agricultura urbana está desenvolvendo sua capacidade para ajudar a resolver ou enfrentar diversos desafios do desenvolvimento” (MOUGEOUT, 2005, p. 2).

Os estudos de Boukharaeva *et al.* (2005) versam ainda as funções da AU, considerando suas funções alimentares, voltadas para segurança alimentar; as funções de bem-estar, por contemplar o contato com a natureza e, conseqüentemente, traz benefícios para a saúde física e mental que, conforme os autores, relaciona-se com a construção de identidade; e as funções educadora e cultural, por potencializar a transmissão dos saberes e valores culturais. Para Brito (2011), a função cultural consiste na reprodução das práticas advindas do campo desenvolvidas na cidade.

Não obstante, a multifuncionalidade da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) permite a promoção de políticas públicas voltadas para: melhorar a gestão ambiental; melhorar a gestão territorial; promover a equidade de gênero e respeito às condições étnicas e socioculturais; combater à pobreza; promover a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à fome; e promover a inclusão social e a governabilidade participativa (BRASIL, 2007).

O panorama da AUP no Brasil aponta que a experiência é realizada em todas as regiões do país, contemplando iniciativas públicas, privadas e de organizações não governamentais (ONGs), sendo utilizados espaços públicos e/ou privados (Brasil, 2007).

Entre as experiências identificadas no panorama nacional, a AUP voltada para a produção vegetal se destaca frente às outras, sendo destinada tanto para o autoconsumo e troca, quanto para a comercialização, o que permite reafirmar a importância da prática para a segurança alimentar e geração de renda e, devido a

isso, reafirma-se também que a AU é uma ferramenta de ação multifuncional para políticas públicas.

A região metropolitana de Belo Horizonte (MG) foi utilizada como representante dos estudos em Minas Gerais e teve destaque na pesquisa nacional em relação ao quantitativo de experiências de AUP, com ênfase à produção vegetal.

O Quadro 2 apresenta as experiências identificadas na pesquisa nacional, no qual se destaca a participação de iniciativas provenientes da sociedade civil, academias e do setor privado, bem como do governo federal.

Quadro 2 - Experiências de AUP na região Metropolitana de Belo Horizonte por tipo de ator que promove, apoia ou financia.

Ator	Experiência
Governo Federal	Assentamento Ho Chi Minh
	Assentamento Pastorinhas
	Banco de Alimentos
	Compra Direta Local da Agricultura Familiar
	Horta Comunitária Ana Lucia
	Horta Comunitária Borges
	Horta Comunitária Castanheiras
	Incubadora de Empreendimentos Solidários
Governo Municipal	Restaurante Popular
	Horta Comunitária Barreiro
Sociedade Civil, Academia e Setor Privado	Programa Espaço Jovem Lagoa Santa
	CADEB - Centro de Autodesenvolvimento de Betim
	Coletivo TERRAS
	Fazendinha - Instituto Metodista Izabela Hendrix
	Grupo CAUSA de agricultura urbana e segurança alimentar
	Grupo SEMEAR de plantas medicinais
	Horta do COMUPRA
	Horta Saúde e Vida – Palmares
	NUC - Grupo Comunitário de Negros Unidade Consciente
	VIVA/Horta Viver Bem

Fonte: Adaptado de BRASIL, 2007.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) publicou um estudo realizado em 2011 sobre as experiências de agricultura urbana e periurbana e, Minas Gerais ganha destaque frente aos demais Estados diante do número de experiências e cidades identificadas (QUADRO 3).

Quadro 3 - Experiências de hortas urbanas e periurbanas relatadas em literatura especializada e em notícias jornalísticas em Minas Gerais

Estado	Experiências relatadas (literatura especializada)	Experiências comentadas (notícias governamentais ou jornalísticas)
BA	Juazeiro, Curaçá	Lauro de Freitas, Salvador, Tanque Novo, Vitória da Conquista
CE	Fortaleza	Tejuçuoca
GO	Abadia de Goiás, Águas Lindas, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Formosa, Água Fria, Padre Bernardo, Unai	Itumbiara, Inhumas, Nerópolis, Ipameri
MG	Belo Horizonte, Contagem, Coração Verde, Divinópolis, Governador Valadares, Guarani, Ibitiré, Juiz de Fora, Mário Campos, Montes Claros, Novo Cruzeiro, Pirapora, Sete Lagoas, Uberlândia, Viçosa	Espinosa, Lagoa Santa, Uberaba
MS	Corumbá, Ladário	Bataguassu
MT	Cáceres, Rosário do Oeste	Chapada dos Guimarães, Confresa, Cuiabá, Jaciara
PB	Cabedelo, Pitimbu	Patos
PE	Petrolina	
PI	Parnaíba, Teresina	Boa Hora, São João do Piauí, Valença do Piauí
PR	Curitiba	Maringá, Pinhais
RJ	Campos de Goytacazes, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Quissamã, Rio de Janeiro	Guaratiba
RN		Natal
RS	Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Porto Alegre	Três Cachoeiras
SC	Florianópolis, Itajaí, Chapecó	Lages, Palhoça, Siderópolis
SP	Americana, Botucatu, Campinas, Jaboticabal, Jales, Penápolis, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, São Paulo	Bauru, Diadema, Embu das Artes, Itapeva, Osasco, São Bernardo, Santo André

Fonte: Adaptado de EMBRAPA, 2011.

Além da pesquisa realizada no Panorama Nacional e pela EMBRAPA, outros estudos abordaram a agricultura urbana em Minas Gerais e, sobretudo, em Montes Claros. Nesta, os estudos contemplam a produção para autoconsumo, a diversidade produtiva e também a relação da migração com a prática de agricultura urbana.

Montes Claros contempla características rurais que, segundo Oliveira (2011), estas estão explícitas nas paisagens e hábitos, presentes no interior da cidade, e não apenas nas áreas periurbanas ou às margens do perímetro urbano. O autor estudou o desenvolvimento da Agricultura Urbana na cidade, especificamente no bairro Vila Atlântida. O autor ainda afirma que a cidade dispõe de um grande número

de espaços (re)criados pelos agricultores urbanos, onde estes reproduzem o contexto característico do rural por meio dos seus cultivos.

O autor supracitado também salienta a relação causa-efeito do processo de desenvolvimento na região norte de Minas Gerais com as práticas de Agricultura Urbana (AU), onde a industrialização e a Revolução Verde no campo provocam a migração rural-urbana (causa) e estes imigrantes sentem a necessidade de (re) produzir suas práticas rurais no ambiente citadino por meio da AU (efeito).

Outro estudo voltado para a temática da AU em Montes Claros, realizado por Brito (2011), propõe a relação migração rural-urbano com a prática da agricultura na cidade e afirma que esta é motivada principalmente pelo costume com a prática agrícola e esta ser considerada como um lazer.

No entanto, apesar de haver estudos sobre a temática, fatores relacionados à comercialização da AU em Montes Claros ainda não foram contemplados nas pesquisas acadêmicas. E, considerando a função econômica, releva-se importante apontar para esta perspectiva.

4.2 Dinâmicas de comercialização agrícola

Diante do objeto de estudo desta pesquisa, o qual são os agricultores urbanos que comercializam sua produção na cidade de Montes Claros, buscou-se discutir sobre as dinâmicas de comercialização agrícola, com foco nas hortaliças.

Assim, este tópico contempla uma breve discussão sobre o termo comercialização e os componentes de seu sistema; e as dinâmicas de comercialização da Agricultura Urbana.

Em relação à comercialização esta é entendida como “o conjunto das operações ou funções realizadas no processo de levar os bens e serviços desde o produtor primário até o consumidor final” (HOFFMANN *et al.*, 1987, p. 148). Assim, conforme os autores, a comercialização consiste no caminho seguido pelo produto/serviço, tendo como ponto de chegada o consumidor final. No caso da agricultura urbana, a produção, o processamento e a venda tendem estar mais inter-relacionados no tempo e no espaço, devido à proximidade geográfica e ao fluxo de recursos mais rápidos.

Por outro lado, estudo sobre a dinâmica da agricultura familiar desenvolvido por Wilkinson (2003), aponta para a diferenciação nas formas de comercialização. Para o pesquisador esta categoria apresenta um conjunto de combinações, a saber:

arranjos tipicamente de autoconsumo, de câmbio entre membros da comunidade, comércio direto e arranjos que incorporam cadeias formais de comercialização. Estas combinações podem estender até aquelas relacionadas com as agroindústrias, por meio dos contratos de integração.

No entanto, durante o percurso até o consumidor final, no que tange ao produto, vários fatores são considerados para a obtenção de eficácia no processo de comercialização. Para Reis e Carvalho (1999), a comercialização consiste em um sistema complexo, onde são desenvolvidas as atividades comercializadoras.

Para os autores, o sistema de comercialização dispõe de componentes elementares, os quais são o consumidor (objetivo do sistema); o produto (objeto do sistema); os intermediários, compostos por pessoas e instituições que participam do processo (os sujeitos do sistema); o processo de transformação do produto até o ponto de comercializar (atividades comercializadoras) e os regulamentos do sistema de comercialização.

Além dos componentes do seu sistema, a comercialização também dispõe de mecanismos de coordenação, os quais, segundo Reis e Carvalho (1999, p. 39), “se baseiam nos planos centrais da economia e para a economia de mercado, em que a orientação é feita através de preços”. Segundo os autores, a formulação dos preços se dá por meio das forças de oferta e demanda.

A demanda tem sua definição dada pela “quantidade de um determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo” (VASCONCELLOS e GARCIA, 2011, p. 37). De acordo com estes autores, há uma relação direta entre a demanda e o preço, onde quanto maior a demanda, maior o preço do produto no mercado. No entanto, o autor ainda salienta que o preço não é o principal fator relacionado à demanda, pois esta é afetada pela renda dos consumidores, pelos produtos substitutos (em termos de preço, qualidade e confiabilidade), pelo preço dos bens complementares e pelas preferências dos consumidores.

Por outro lado, conforme exposto por Vasconcellos e Garcia (2011), a oferta consiste na quantidade de produtos oferecidos no mercado, a qual interfere no preço numa dinâmica de correlação inversa, sendo o aumento do preço conforme a diminuição de produtos ofertados no mercado. Além do preço, a oferta é afetada pelos custos de produção e as alterações tecnológicas.

Diante do exposto, conforme os autores que abordam a temática, quando há uma situação hipotética de equilíbrio entre a quantidade ofertada e a demanda, tem-se o equilíbrio de mercado que, de acordo com Sandroni (1999, p. 209):

um sistema econômico é considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período. Se as condições de oferta e demanda permanecem inalteradas, os preços tendem também a permanecer estáveis.

No entanto, o governo contempla uma força reguladora do mercado que interfere na dinâmica de mercado supracitada. Como exposto por Mises (2010), no caso do intervencionismo, o governo intervém no funcionamento do mercado por meio de ações isoladas e, essas ações, podem ser alterações em taxas tributárias ou proibições e ordens legislativas de forma que atuem diretamente em um setor ou no sistema econômico de um país.

Segundo Mendes e Padilha Junior (2007), no caso da comercialização agrícola, além dos fatores supracitados, é necessário analisar algumas características específicas do setor, as quais são: dificuldade de planejamento e controle de produção, devido fatores climáticos e biológicos; o fato da produção ser sazonal em muitos dos casos; e a perecibilidade dos produtos. Estas especificidades dão um caráter único para o comércio agrícola.

Não obstante, devido ao objeto de estudo desta dissertação consistir em agricultores urbanos e estes, em sua maioria, produzirem hortaliças, este tópico irá compreender a comercialização destas como principal foco. Em se tratando de práticas agrícolas em ambiente urbano, existe, por um lado, menor dependência de uso de maquinários e implementos agrícolas, por outro uma dependência maior do trabalho humano.

Conforme estudos de Faulin e Azevedo (2003), as alterações no hábito de consumo têm mudado os processos de produção e comercialização de hortaliças no Brasil. Segundo os autores, o seguimento de supermercados passou a dar mais importância aos alimentos *in natura* e semiprocessados, diante de uma demanda crescente do mercado. Assim, os produtores tiveram mais espaços de escoamento da produção.

Para Melo e Vilela (2006), as mudanças ocorridas nos setores de distribuição e comercialização têm desafiado todos os elos da cadeia produtiva de hortaliças, sendo estas ocasionadas pela exigência do consumidor por produtos de qualidade e

sempre disponíveis para a compra (demanda); e pela competitividade das redes de supermercado. Segundo os autores, essa problemática vivida pelos produtores relaciona-se com a dificuldade na gestão logística e problemas relacionados à qualidade e quantidade da produção para ofertar no mercado.

No entanto, para Vilela e Henz (2000), normalmente o produtor de hortaliças vivencia realidades diferentes de alguns setores da produção agrícola, principalmente por sua produção ser temporária para a maioria dos produtos. Porém, os autores asseguram que a olericultura gera lucro razoavelmente elevado por hectare, o que depende do valor agregado ao produto e da conjuntura do mercado em que está inserido.

Outro fator importante a ser tratado na comercialização de hortaliças consiste nas formas e locais utilizados como estratégias de escoamento da produção, além dos supermercados. Pesquisas que contemplam as feiras livres, mercados municipais e outros, abordam unanimemente a origem de produção rural e, nesse sentido, não abordam a produção da agricultura urbana e periurbana.

5 O AGRÍCOLA NO URBANO: O CASO DOS AGRICULTORES URBANOS DE MONTES CLAROS - MG

5.1 Contextualização

O município de Montes Claros é considerado, por um lado, região de contrastes, dicotomias, complementaridades e funcionalidades diversas, por outro, é visto como o maior centro urbano da região norte mineira, polo aglutinador de atividades econômicas e de pessoas. Estas e outras caracterizações contribuíram de forma significativa como caso de estudo.

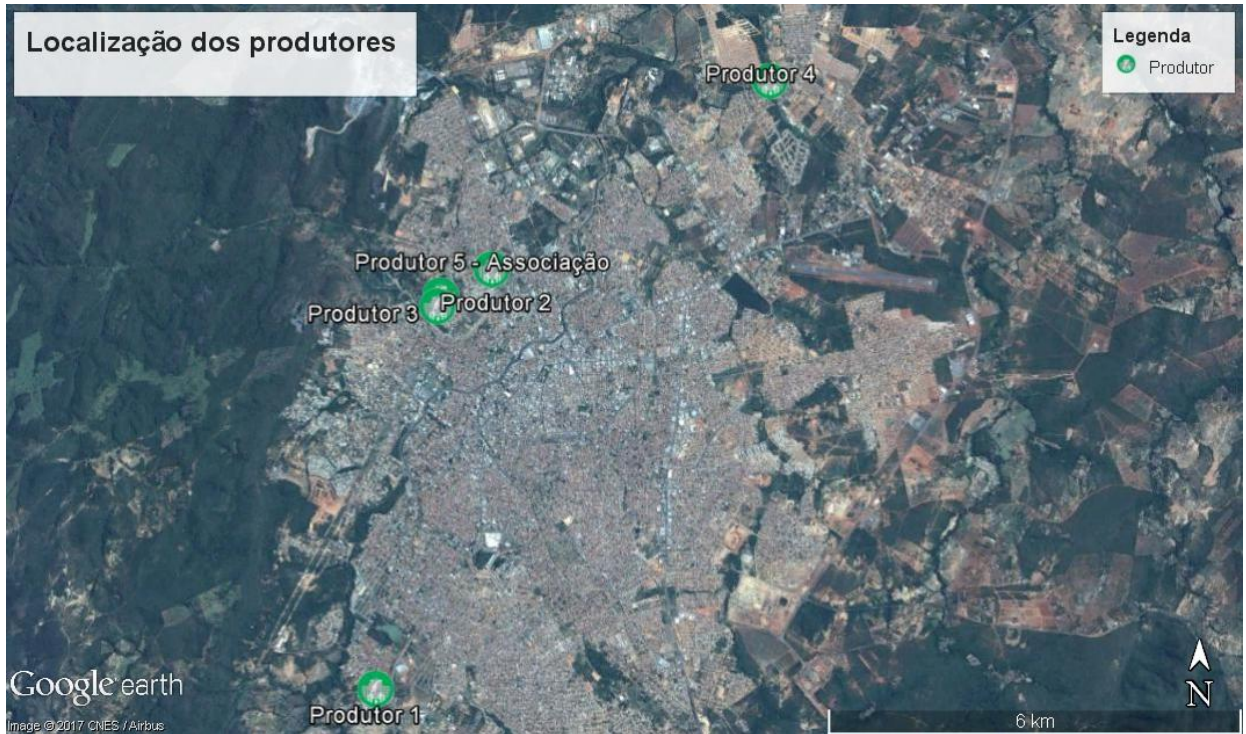
Os resultados desta pesquisa apresentam uma realidade da cidade de Montes Claros desconhecida por muitos dos seus cidadãos. Há muita produção de hortaliças com foco em comercialização e muitos dos protagonistas desse cultivo são, conforme pesquisas já realizadas anteriormente a esta, imigrantes da zona rural de municípios próximos a “capital norte mineira”⁵.

Para identificar os agricultores urbanos que têm como objetivo a comercialização de sua produção, foi realizado um mapeamento dos locais de produção e a identificação do perfil dos produtores. Assim, apresenta-se o perfil de cada pesquisado.

Foram identificadas áreas de produção nos bairros Village do Lago I, Morada do Parque, Vila Atlântida e Santos Reis, o que permite inferir que a prática da AU em Montes Claros é realizada em regiões com renda familiar média alta e também média baixa (FIGURA 6).

⁵ Denominação popular dada ao município de Montes Claros.

Figura 6 - Mapa de localização dos produtores pesquisados



Fonte: Imagens de satélite. Google Earth Pro. 2017.
Org.: A autora, 2017.

Os Quadros 4 e 5 contemplam a ampliação das áreas de produção estudadas e a caracterização baseada nas entrevistas realizadas, a fim de identificar o perfil dos agricultores urbanos pesquisados.

Quadro 4 - Localização e perfil dos Produtores 1 e 2

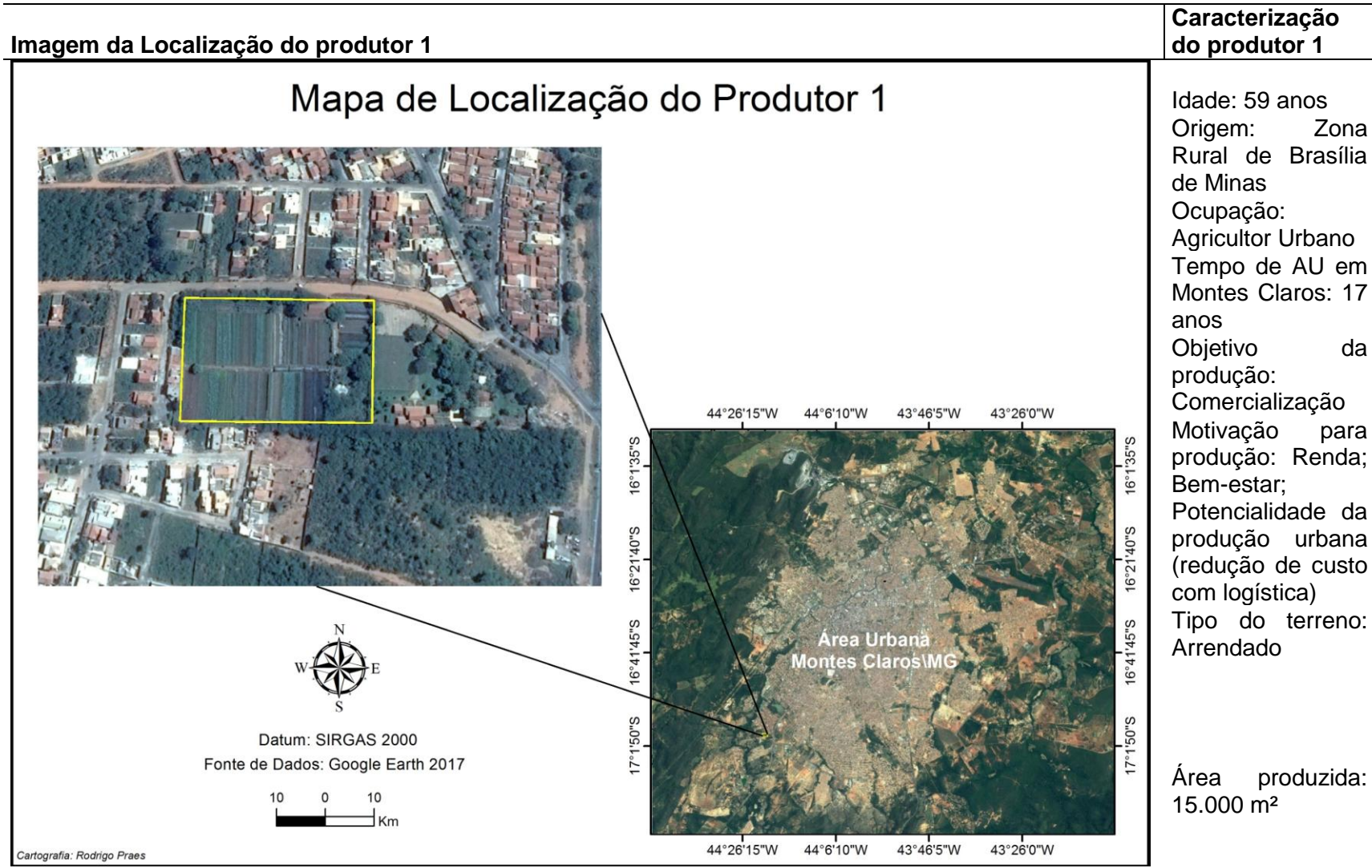
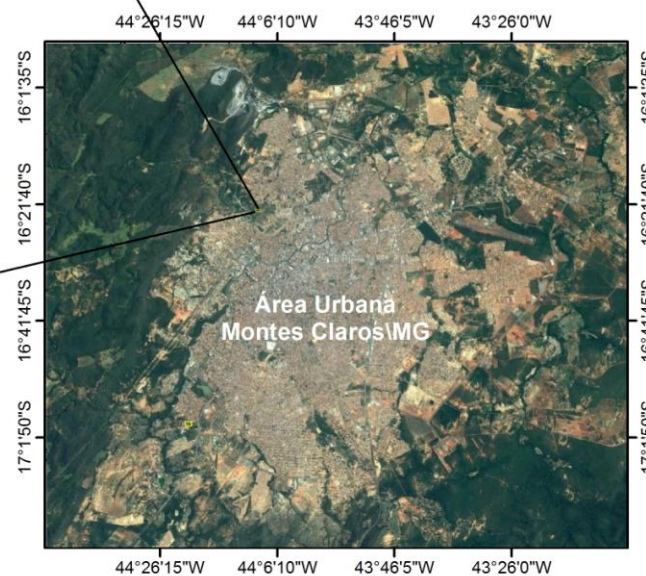


Imagem da Localização do produtor 2

Caracterização do produtor 2

Mapa de Localização do Produtor 2



Datum: SIRGAS 2000

Fonte de Dados: Google Earth 2017



Cartografia: Rodrigo Praes

Idade: 19 anos
Origem: Zona Urbana de Montes Claros
Ocupação: Servente de pedreiro
Tempo de AU em Montes Claros: Não soube responder
Objetivo da Produção: Comercialização e consumo próprio
Motivação para a produção: Renda e Bem-estar
Tipo do terreno: Próprio
Área produzida: Não soube responder

Quadro 5 - Localização e perfil dos produtores 3 e 4

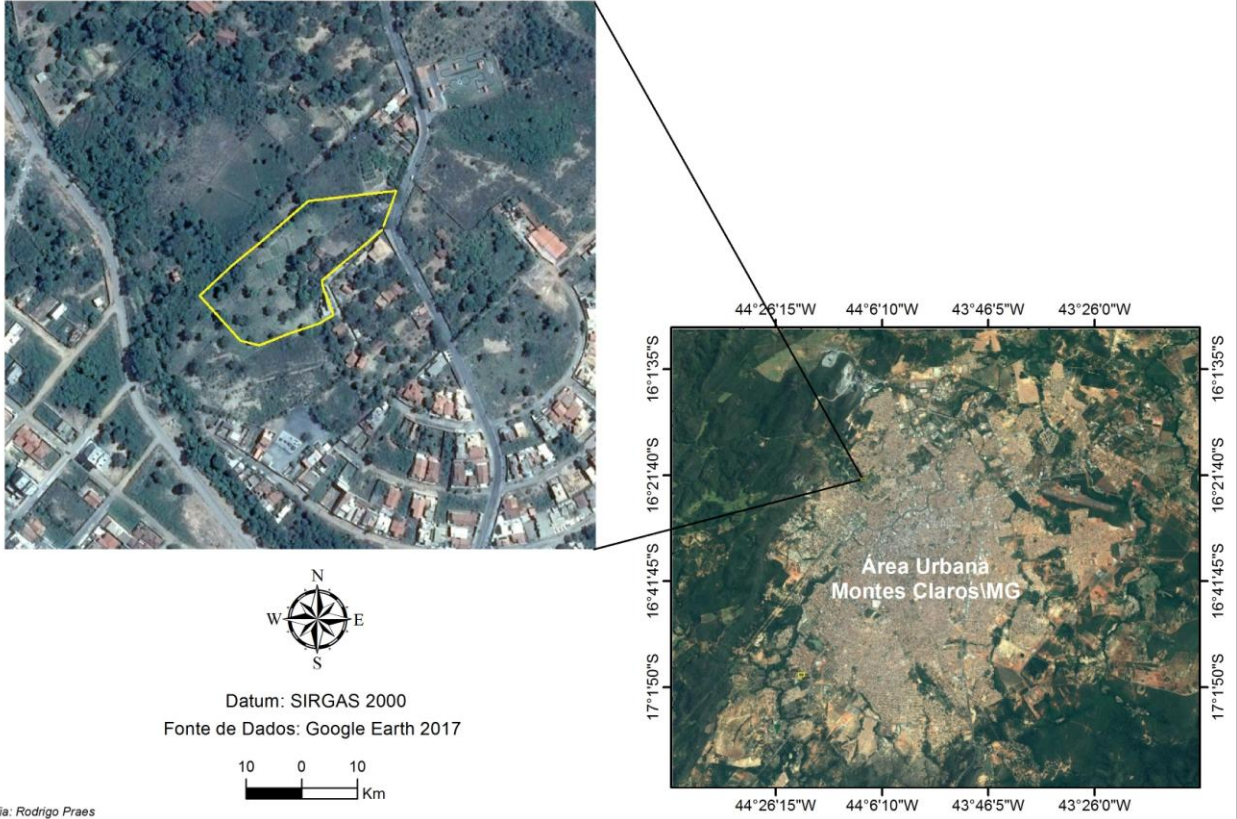
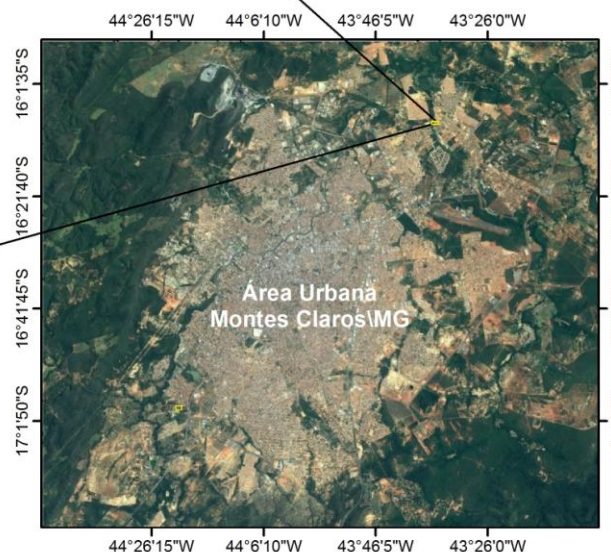
Imagem da Localização do produtor 3	Caracterização do produtor 3
<p data-bbox="548 368 1234 411" style="text-align: center;">Mapa de Localização do Produtor 3</p>  <p data-bbox="450 1131 752 1182">Datum: SIRGAS 2000 Fonte de Dados: Google Earth 2017</p> <p data-bbox="528 1198 678 1246">10 0 10 Km</p> <p data-bbox="237 1246 387 1262">Cartografia: Rodrigo Praes</p>	<p data-bbox="1659 347 1921 411">Origem: Zona rural de Jequitai</p> <p data-bbox="1659 416 1921 448">Ocupação: Agricultor Urbano</p> <p data-bbox="1659 453 1921 580">Tempo de AU em Montes Claros: 15 anos</p> <p data-bbox="1659 585 1921 649">Objetivo da Produção: Comercialização</p> <p data-bbox="1659 654 1921 782">Motivação para a produção: Renda e Bem-estar</p> <p data-bbox="1659 786 1921 818">Tipo do terreno: Cedido (meia)</p> <p data-bbox="1659 823 1921 919">Área produzida: 1,5ha</p>

Imagem da Localização do produtor 4

Caracterização do produtor 4

Mapa de Localização do Produtor 4



Datum: SIRGAS 2000
Fonte de Dados: Google Earth 2017



Cartografia: Rodrigo Praes

Idade: 71 anos
Origem: Zona rural de Francisco Sá
Ocupação: Agricultor Urbano e aposentado (serviço público)
Tempo de AU em Montes Claros: 20 anos
Objetivo da produção: Comercialização
Motivação para a produção: Bem-estar e renda
Tipo do terreno: Próprio
Área produzida: 125m²

Fonte: Da pesquisa, 2017.

As áreas produzidas contemplam terrenos próprios, arrendados e parcerias (popular “meia”⁶), tendo dimensões de 1 lote (125 m²) a 1,5 hectares de canteiros produtivos. As dimensões corroboram com as afirmações dos autores acerca do tamanho das áreas de produção de AU, onde se observa que as áreas destinadas à produção são pequenas comparadas com a produção rural.

O número de espécies produzidas se dá conforme o tamanho do terreno, quanto maior o terreno maior a variedade produtiva. Os agricultores mantêm um cultivo diverso contemplando alface, couve, couve-flor, brócolis, salsa, salsão, coentro, cebolinha, agrião, brócolis, alho poró, rúcula, mostarda, espinafre, manjericão, alecrim, hortelã, tomate cereja, quiabo, abobora italiana, abobora japonesa, berinjela, jiló, vagem (FIGURA 7).

Figura 7 - Agricultura Urbana no bairro Morada do Parque



Fonte: Da pesquisa, 2017.

⁶ Nome popular da condição em que o proprietário da área disponibiliza o espaço para a produção e o lucro é dividido entre o produtor e o dono do terreno.

Diante da diversidade produzida, todos os agricultores pesquisados utilizam o método de consórcio de cultivo na produção, alegando maior produtividade devido ao aproveitamento do espaço (relação espaço – número de espécies produzidas).

Figura 8 - Consórcio produtivo no bairro Vila Atlântida – Alface e couve



Fonte: Da pesquisa, 2017.

Assim, conforme a caracterização apresentada, a produção agrícola urbana em Montes Claros se dá há pelo menos 20 anos e esta dispõe de uma diversidade de espécies. Também foi possível observar que a maioria dos agricultores pesquisados são provenientes da zona rural e/ou de municípios próximos de Montes Claros, o que corrobora com a discussão teórica sobre a relação entre o processo de urbanização de Montes Claros e a imigração da população de cidades vizinhas, além da (re)produção das atividades rurais no perímetro urbano.

5.2 Agricultura Urbana: Suas funcionalidades em Montes Claros

As pesquisas realizadas na cidade com a mesma temática abordaram a produção para autoconsumo e não contemplaram a AU como atividade principal do agricultor. Assim, esta pesquisa buscou também relacionar as

funções da AU com as experiências voltadas para a comercialização identificadas na cidade de Montes Claros – MG.

Os resultados apresentados nesta pesquisa permitem inferir que a AU em Montes Claros, além de não ser praticada somente em áreas com população de baixa renda também não é exclusiva para o autoconsumo, pois foi identificada a presença marcante da função de geração de renda, o que não surpreende, pois os pesquisados realizam a prática tendo a questão econômica como principal objetivo.

No entanto, o que surpreende é o fato de alguns agricultores optarem pela produção na cidade devido, segundo os mesmos, a redução nos custos de produção, conforme a afirmação abaixo:

“Desde que vim da roça, trabalho com horta aqui na cidade. Aqui é o melhor para trabalhar porque ficamos mais perto do mercado e economizamos com o transporte, pois é mais perto. Ganho mais produzindo aqui” (Pesquisado 1).

Esta afirmação coloca a produção urbana frente a rural quanto à produtividade, devido à redução de custos de produção diante das vantagens voltadas para a logística, produtividade de espaço e, além disso, vantagem frente ao mercado. No entanto, para afirmar a vantagem de custos de produção, é necessário um estudo detalhado e comparativo, o qual não foi contemplado nesta pesquisa.

Além do fator renda, a segurança alimentar também foi citada pelos agricultores, sendo esta diretamente ligada à outra, pois o fato de produzir com técnicas alternativas (utilizando recursos da agroecologia) facilita a entrada no mercado local devido ao aumento da demanda do mercado por alimentos agroecológicos. A produção agroecológica é utilizada como estratégia de mercado pelos agricultores, conforme afirmado pelos produtores 1 e 4:

“Quando o pessoal vem comprar aqui pergunta se utilizo veneno, se a produção é minha mesmo. Há uma confiança nos meus produtos por eu ter esse cuidado” (Produtor 1).

“As donas compram na minha mão porque não confiam nos produtos que acham no supermercado. Elas confiam em mim, por isso não utilizo veneno” (Produtor 4).

Apesar de terem a AU como atividade principal para geração de renda, alguns agricultores, principalmente aqueles provenientes de zona rural e mais

velhos, acreditam que o trabalho na horta proporciona uma sensação de bem-estar. Eles afirmaram que a lida na horta é uma “terapia”, pois além de fazerem o que gostam, ganham dinheiro e se sentem mais próximos da vida na roça.

“Quando estou mexendo aqui na horta o tempo passa e nem vejo, mexo com um canteiro aqui, outro ali e os problemas vão sumindo da cabeça. Além disso, é o sustento da minha família né?!” (Produtor 3).

“Gosto de trabalhar com horta aqui na cidade porque faço muitos amigos. Conheço gente de tudo quanto é lugar nessa cidade e faço amizade com eles” (Produtor 5).

Estas afirmações corroboram com os estudos teóricos sobre as funções da AU, principalmente as funções de bem-estar e cultural apontadas por Boukharaeva *et al.* (2005) e Brito (2011), salientando a relação com a natureza e com atividades características do campo.

Sobre este resultado ainda é possível corroborar com os estudos de Ruas (2006), porém, em seu sentido oposto, pois o autor aborda a discussão sobre as urbanidades no rural, salientando sobre as tecnologias inseridas no campo e, no caso deste estudo, é possível inferir sobre as ruralidades no urbano, onde é observado que os agricultores trazem à cidade conhecimentos e modos de produção comuns do meio rural, seja como forma de (re) produção da vida no campo, como expõe Brito (2011), seja como forma de adaptação/sobrevivência, para se inserir no mercado com sua especialidade e gerar renda.

5.3 A comercialização da Agricultura Urbana em Montes Claros

Ao contemplar as especificidades da AU, percebeu-se a necessidade de considerar a comercialização neste estudo, com o objetivo de conhecer o processo ponta a ponta, bem como a integração entre as partes.

Para abordar esta temática, as entrevistas dispuseram de questões relacionadas à origem da matéria-prima, ao processo produtivo e ao destino da produção.

No que tange à compra das sementes de hortaliças, todos os agricultores afirmaram comprar em lojas de produtos agrícolas no centro da cidade e, somente em casos específicos, as sementes são produzidas na propriedade e/ou trocadas com agricultores conhecidos. A compra no comércio

convencional foi justificada pelos agricultores diante da relação tempo-espaço necessário para a produção da semente, o que interferiria na produtividade de acordo com as afirmações dos entrevistados.

Foi observado que todos mantêm a totalidade de sua produção dentro do perímetro urbano, sendo estes espaços de categorias diversificadas, onde se observam áreas próprias, lotes arrendados e emprestados (popular “na meia”).

Os destinos dessa produção são, em alguns casos, diretamente o consumidor final e, em outros, os intermediários, sendo os últimos de categorias diversas, como atravessador e varejista. Nesse sentido, foram identificados produtores que dispuseram de um espaço dentro de sua propriedade para montar uma unidade de comercialização dos produtos. A justificativa destes se deu pela percepção dos mesmos com relação à tendência de mercado pelo consumo de produtos locais e, conseqüentemente, a valorização do agricultor urbano.

“Aqui meus clientes chegam, olham a horta, sabem de onde vem o alimento e, por estar vendo como a gente planta, tem aquela confiança de comprar na mão da gente, né” (Produtor 1).

Essa confiabilidade expressada na fala do agricultor é primordial na comercialização, principalmente em se tratando de produtos agrícolas. Também é possível inferir que há uma prática de locavorismo, pois os consumidores relatados pelo agricultor tem preferência pelo seu produto por saber a origem e como é realizada a produção.

Em relação aos consumidores das hortaliças provenientes da AU de Montes Claros, há um ponto importante a ser discutido que se refere ao perfil do consumidor que vai até as unidades de produção para comprar. Conforme relatos dos agricultores são mulheres, casadas e de classe média alta, além de, de acordo com o relato de dois entrevistados, residentes dos bairros Ibituruna, Morada do Parque e adjacentes aos locais de produção.

“Aqui no domingo enche de carro daquelas donas lá do Ibituruna. As meninas do banco também vêm sempre aqui” (Produtor 5).

“Aqui compra esse pessoal todo aqui do bairro e os amigos deles. Tem promotor, professor, funcionário público que compra sempre aqui na minha mão. Quando chega na banca ainda perguntam: Esse produto é seu né?!” (Produtor 1)

Além da venda na unidade de produção, há também aqueles que distribuem os produtos em feiras, no mercado municipal, no comércio varejista (principalmente em supermercados), onde são vendidos *in natura*; e para outras empresas que utilizam as hortaliças em processos de transformação nas suas atividades fim, como padarias, restaurantes e hotéis da cidade.

Contudo, apesar da variedade de canais de comercialização utilizadas pelos agricultores, estes afirmaram enfrentar dificuldades frente à produção e comercialização de seus produtos.

As principais dificuldades relacionadas à comercialização relatadas pelos agricultores se dá ao fato dos mesmos não disporem de registros referentes a todas as informações do mercado consumidor, ou seja, de todos os clientes. Os agricultores que afirmaram ter informações ligadas ao registro dos clientes restringem estes registros aos clientes de médio e grande porte (restaurantes, hotéis, sacolão).

Não obstante, os clientes individuais⁷, que vão até a horta para comprar, não são registrados pelos produtores que fazem este tipo de comercialização, bem como o volume, a periodicidade da compra e os produtos comprados. Estas informações são primordiais para o planejamento e o controle da produção, o qual é citado como um gargalo para alguns produtores.

5.4 Agricultura Urbana Em Montes Claros: Entre Gargalos E Potencialidades

Frente às questões levantadas na comercialização, na pesquisa buscou-se também identificar, na visão dos agricultores, os gargalos e as potencialidades da agricultura urbana em Montes Claros.

Os entrevistados apontaram como principal dificuldade a questão da água. No entanto, foi lembrado por um agricultor que esta é uma dificuldade geral e não afeta somente os produtores da cidade, ou seja, não pode ser considerada como uma especificidade da AU.

“A água é a nossa principal dificuldade, mas é uma dificuldade geral, quem tá na roça também passa esse problema, então não considero um problema da horta da cidade” (Produtor 1).

⁷ Os clientes individuais são considerados nesta pesquisa como o consumidor que vai até a propriedade para comprar a hortaliça. Não compreende o cliente empresarial.

Em relação à água, também foram citados problemas em relação à gestão, onde os produtores frisaram sobre a necessidade de economia e a dificuldade com relação ao controle eficiente da quantidade necessária para a produção.

Outra dificuldade apontada relaciona-se com o controle de pragas com mecanismos alternativos (sem a utilização de defensivos agrícolas). Nesse aspecto, os agricultores relatam a necessidade de uma organização de apoio a AU, com a oferta de cursos sobre, além de outros temas, alternativas agroecológicas de controle de pragas, pois se sabe que a produção agroecológica é o principal potencial dos agricultores urbanos de Montes Claros, devido a tendência de mercado voltada para a segurança alimentar. Esta indagação mostra a necessidade de intervenção do poder público para a promoção e o apoio da AU como política pública.

Além destes gargalos, a mecanização no tratamento do solo e na irrigação; e a falta de oportunidades de créditos para investimentos na produção e na comercialização também foram relatados.

Este gargalo foi citado principalmente pelos agricultores de faixa etária maiores que, conforme apontaram, o fato de não terem a mesma disposição de antes para o trabalho tem feito a produção diminuir.

“Eu queria uma ajuda com máquinas para tratar o terreno, pois não aguento muito fazer o trabalho manual” (Produtor 4).

Figura 9 - Irrigação manual



Fonte: Da autora, 2017.

Os agricultores afirmaram que a pouca visibilidade comercial dificulta a expansão do mercado. Apesar de afirmarem que percebem uma tendência de consumo voltado para a valorização da produção local (Locavorismo⁸) e para a produção agroecológica, eles apontam a baixa visibilidade como um fator que dificulta atingirem estes e outros nichos de mercado.

Acredita-se que, diante do gargalo mercado, existe também uma oportunidade, pois a tendência pelo consumo de alimentos agroecológicos e a localização das unidades de produção são potenciais de expansão. Para tanto, políticas de apoio à agricultura urbana são essenciais para o fortalecimento e o reconhecimento da produção e dos produtores.

⁸ Movimento alimentar que emergiu nos últimos seis anos e que incorpora as noções de *food miles* e de alimento local. *Food miles* é um termo cunhado por Tim Lang no início dos anos 1990 que refere-se a distância percorrida pelos alimentos durante seu processo produtivo e seus impactos ambientais. Locavorei é a pessoa interessada em comprar e consumir alimentos produzidos localmente (AZEVEDO, 2015, p. 81).

Não obstante, como potencialidade, o baixo custo de logística foi citado por todos os pesquisados. Os agricultores consideram que a redução de custos provocada pela proximidade do mercado consumidor influencia de forma considerável na lucratividade da unidade de produção.

Assim, percebe-se que a AU de Montes Claros enfrenta muitos gargalos, que também se apresentam também com oportunidades; e potenciais para o fortalecimento da produção na cidade.

Na visão dos agricultores, com o apoio do poder público municipal, muitas das dificuldades enfrentadas poderiam ser amenizadas com o apoio do poder público mediante as políticas e/ou projetos em prol do fortalecimento da agricultura urbana em Montes Claros.

5.5 Poder público: relatos de apoio

Frente aos gargalos e potencialidades apresentados, durante a pesquisa, foi identificada a necessidade de intervenções públicas para o fortalecimento da AU na cidade. Nesse sentido, durante as entrevistas, buscou-se questionar sobre a participação do poder público municipal na promoção da AU na cidade e, majoritariamente, a resposta foi negativa para essa questão.

No entanto, por meio da entrevista realizada com o presidente da Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, foram identificados projetos e episódios de apoio e promoção da AU em Montes Claros realizados pelo poder público municipal em administrações passadas.

As principais contribuições do poder público citadas pelo presidente da associação foram o apoio na formalização da organização, na estruturação das áreas, com implantação de poço artesiano para a produção agrícola na cidade e também aspectos relacionados ao escoamento da produção em mercados institucionais. Conforme afirmação do entrevistado, os governos dos períodos de 2001-2004 e 2005-2008 foram os que mais contribuíram para a promoção da agricultura urbana na cidade.

No entanto, segundo o produtor, os próximos governos não contribuíram de forma direta com a AU urbana em Montes Claros.

“Hoje em dia quase não tem ajuda aqui, a gente consegue um cano ou alguma coisinha, mas através da associação né?! Hoje quase ninguém produz mais, foi diminuindo (...)” (Produtor 5 – Associação).

Além da questão voltada para a contribuição em relação à estrutura, o presidente da Associação mencionou um fato interessante que relaciona poder público – apoio à AU – diminuição da produção, sendo a diminuição do apoio da prefeitura para com a AU em Montes Claros, um fator determinante para a diminuição da produção diante da perda de forças da coletividade que tem como objetivo a prática.

5.6 Impressões e proposições

A partir das informações coletadas durante a pesquisa de campo, por meio das afirmações dos produtores, principalmente em relação às mudanças do panorama da Agricultura Urbana em Montes Claros, sentiu-se a necessidade de verificar as mudanças no tempo e fazer uma correlação entre as informações coletadas e as impressões de campo.

No entanto, acredita-se que somente a observação não contribui para o campo estudado e, por isso, aqui também serão apresentadas proposições, a fim de dar um sentido real para esta pesquisa.

Nesse sentido, este tópico irá apresentar uma discussão acerca da relação de afirmações dos agricultores e as mudanças em aspectos estruturais da cidade, bem como propostas para o apoio e a promoção da Agricultura Urbana (AU) em Montes Claros.

5.6.1 As impressões

Por meio das entrevistas e das observações de campo, foi identificado que a produção agrícola urbana de Montes Claros diminuiu com o tempo. Segundo afirmações dos agricultores, principalmente na entrevista realizada na Associação Comunitária Recanto das Hortaliças, essa diminuição na produção e do número de produtores se deu diante da falta de apoio do poder público, da pouca inserção dos jovens na produção e também por questões imobiliárias.

De acordo com os agricultores, e também por meio de observações de campo, as três questões supracitadas são inter-relacionadas, pois o fato do poder público não apoiar faz com que a prática enfraqueça e não tenha visibilidade, assim sem o conhecimento, os jovens não tem interesse em participar na produção e, devido à valorização imobiliária, os produtores que já

não tem a mesma capacidade física de antes acabam vendendo parte do terreno e, conseqüentemente, diminuindo a produção.

Para tanto, foi realizado um estudo por meio da interpretação de imagens de satélite, utilizando o *Google Earth*, de modo que se coletou imagens dos anos de 2005 e 2017 para verificar as mudanças nas áreas em relação a produção (identificação de canteiros de hortas) e urbanização (identificação de construções).

Assim as imagens foram organizadas tendo como referencias as áreas pesquisadas da seguinte forma: de um lado uma foto da área no ano de 2005 e, do outro, a área atualmente (2017).

Figura 10 - Alterações com o tempo da área do Produtor 1



Fonte: Imagens de satélite *Google Earth*.
Org.: PINHEIRO, 2017.

Ao observar a Figura 10, é possível perceber uma alteração na área, tanto na urbanização, com um aumento expressivo no número de residências no entorno da área de produção, quanto na diminuição da área de produção.

Apesar da expressiva urbanização no seu entorno, o produtor não expôs dificuldade com relação a isso. Ele alega que a chegada dos moradores melhorou as vendas devido ao aumento da demanda pelos seus alimentos. Este produtor possui um comércio (sacolão) no local da produção, onde são vendidos produtos produzidos na sua área e também advindos de outros locais. Assim, percebe-se que a urbanização no entorno de sua área de produção contemplou uma oportunidade de mercado.

Figura 11 - Alterações com o tempo da área do Produtor 2



Fonte: Imagens de satélite *Google Earth*.
Org.: PINHEIRO, 2017.

No caso do Produtor 2, percebe-se pouca urbanização no entorno no tempo, no entanto a diminuição da área produzida é expressiva. O produtor 2 alegou que, devido sua idade, 19 anos, tem pouco tempo que trabalha com a atividade, mas que seu pai era agricultor urbano e produzia nessa área. Apesar de se observar pouca área de produção, o fato do Produtor 1 ser jovem consiste em um ponto positivo diante do problema enfrentado pelos outros produtores referente a falta de interesse dos jovens pela prática. Nesse caso, de uma produção ainda tímida, pode ser visto como um potencial futuro.

Figura 12 - Alterações com o tempo da área do Produtor 3



Fonte: Imagens de satélite *Google Earth*.
Org.: PINHEIRO, 2017.

As imagens da área do Produtor 3 permitem inferir sobre a expressiva diminuição da área de produção. No entanto, assim como no caso do Produtor 2, a interferência da urbanização não é intensa. Vale ressaltar que ambos estão localizados no mesmo bairro e os terrenos são próximos.

Tanto o Produtor 2 quanto o Produtor 3 afirmaram que no bairro haviam mais agricultores urbanos e que a produção era maior no ano de 2005 comparando com a produção atual devido ao apoio da administração municipal na época. Diante da afirmação dos produtores acerca da falta de apoio do poder público municipal, permite-se inferir sobre a relação direta entre a contribuição das administrações municipais (2001-2004 e 2005-2008) e a extensa produção, assim como a diminuição atual.

Figura 13 - Alterações com o tempo da área do Produtor 5 - Associação



Fonte: Imagens de satélite *Google Earth*.
Org.: PINHEIRO, 2017.

A urbanização se deu de forma expressiva na região do Produtor 5 no período observado. A região contemplada na Figura 13 dispõe de propriedades do agricultor pesquisado e de vizinhos que também produziam agricultura no bairro e são associados na organização coletiva liderada pelo Produtor 5. Essa observação relaciona-se diretamente com a sua afirmação referente à ligação direta entre a valorização imobiliária e a diminuição das áreas de produção e da quantidade de agricultores urbanos na região (Figura 13).

Segundo o Produtor 5, os agricultores urbanos próximos a ele diminuiriam a produção porque se viram tentados a vender os terrenos, que antes eram utilizados para a produção agrícola, devido não estarem mais em condições físicas de trabalharem em áreas maiores e também pela oferta do mercado em relação ao preço do terreno.

“É minha filha, a gente vai ficando velho e as forças vão acabando. Não conseguimos mais trabalhar naqueles terrenos grandes. Meu vizinho mesmo produzia bastante horta aqui, ele tinha um terreno grande. Hoje, teve que vender a metade porque o preço estava bom e, como ele não consegue mais trabalhar e os filhos não querem saber, era vantagem vender (Produtor 5).”

Ao observar as questões supracitadas, surgiu a necessidade de se propor intervenções objetivando a promoção e o apoio da Agricultura Urbana em Montes Claros.

5.6.2 As proposições

Percebeu-se uma necessidade, principalmente nas falas dos agricultores, de apoio do poder público para prática de AU. Nesse sentido, considerando a função integradora da universidade, por meio da extensão universitária, a qual compõe os pilares da mesma, foram elaboradas propostas de intervenções de caráter incentivador e apoiador objetivando suprir alguns gargalos e promover a AU por meio também de suas potencialidades.

Para tanto, o Quadro 6 apresenta os gargalos informados pelos agricultores e também os observados em campo; e as possíveis intervenções da universidade por meio da extensão universitária.

Quadro 6 - Gargalos e Propostas de Extensão Universitária

Item citado	Gargalos	Proposta de Extensão Universitária	Cursos
Água	Dificuldade de gestão da água Dificuldade de acesso à água	Capacitação com a temática gestão da água; Capacitação sobre irrigação eficiente de acordo com o cultivo e as especificidades das áreas; Capacitação sobre técnicas eficientes de plantio.	Administração, Agronomia e Engenharia Agrícola e Ambiental
Pragas	Dificuldade de controle de pragas com técnicas alternativas	Capacitação sobre técnicas agroecológicas de controle de pragas de acordo com as especificidades dos agricultores.	Agronomia
Estrutura do terreno	Dificuldade no trato do solo devido à falta de maquinários e dificuldade de utilização devido à especificidade do terreno urbano.	Desenvolvimento de tecnologia alternativa para trato do solo (automático) considerando a especificidade dos terrenos (acesso, tamanho e tipo de produção).	Engenharia Agrícola e Ambiental
Insumos	Dificuldade de obter insumos para a produção. Principalmente sementes agroecológicas e fertilizantes naturais	Sementes: Banco de sementes agroecológicas e parcerias com empresas do ramo. Além de capacitações sobre o tema. Fertilizantes naturais: Capacitação sobre compostagem e outras alternativas.	Agronomia
Planejamento e Controle da Produção	Dificuldade de programar a produção conforme a demanda do mercado.	Capacitação de Planejamento e Controle de Produção Agrícola; Visita técnica nas áreas para consultorias objetivando estudo sobre produtividade das áreas.	Administração; Agronomia; Engenharia Agrícola e Ambiental
Comercialização	Visibilidade no mercado	Promoção de feiras dos Agricultores Urbanos para visibilidade dos mesmos; Divulgação das áreas de produção em meios de comunicação virtuais;	
	Demanda por semiprocessados Precificação dos produtos	Capacitação sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos. Capacitação sobre custos e precificação.	Engenharia de Alimentos Administração

Fonte: Da pesquisa, 2017.

As informações expostas no Quadro 6 permitem inferir que, diante dos gargalos e as propostas apresentadas, há na AU de Montes Claros um potencial para a extensão universitária multidisciplinar e que, considerando o papel da universidade na sociedade e a área de atuação do *campus* desta universidade, contemplando seus cursos e pesquisadores, a estruturação de um Centro de Apoio a Agricultura Urbana é uma proposta que pode ser concretizada no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais.

Assim, a fim de contribuir com a promoção da AU em Montes Claros, parte desta pesquisa foi destinada para a elaboração de uma proposta de um Centro de Apoio a Agricultura Urbana de Montes Claros (CAAU).

5.6.2.1 O Centro de Apoio a Agricultura Urbana (CAAU) em Montes Claros

A criação deste centro, no âmbito do ICA/UFMG, se dá pelo fato da unidade apresentar uma vertente marcante nas Ciências Agrárias e ser referencia na extensão universitária.

O CAAU partiu de reuniões e conversas dos membros do Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio a Reforma Agrária (PRODERA), que, coordenado pelo professor orientador dessa pesquisa, realiza ações e extensão com a temática do desenvolvimento social e regional tanto em áreas do perímetro rural e urbano.

Durante a pesquisa de campo e após a identificação dos gargalos apresentados, percebeu-se que apenas algumas ações pontuais não iriam contribuir de forma eficaz para a promoção da AU em Montes Claros. Diante disso, foi elaborado o projeto do Centro de Apoio a Agricultura Urbana em Montes Claros.

Por meio de uma construção coletiva, foram elaborados dois projetos de extensão e pesquisa voltados para a AU em Montes Claros, de modo a atender a alguns dos gargalos observados na pesquisa. Assim, o Quadro 7 apresenta um dos resultados parciais desta pesquisa, a qual não se encerra no momento da finalização desta dissertação.

Quadro 7 - Projetos elaborados no CAAU

Título do Projeto	Tipo de projeto	Objetivos e Metas	
		Objetivo geral	Metas Finais
Agricultura Urbana em Montes Claros: fortalecimento e visibilidade do cultivo popular	Extensão	Fortalecer e dar visibilidade às práticas produtivas e aos agricultores urbanos de Montes Claros - MG.	Elaborar um portfólio sobre as principais tecnologias de produção e as variedades de cultivares provenientes da agricultura urbana; Promover a troca de saberes entre os agricultores urbanos e os estudantes; Realização de capacitações e oficinas voltadas para a temática, conforme a demanda; Desenvolver espaços de trocas/comercialização da produção da agricultura urbana de Montes Claros
Agricultura Urbana e o Planejamento Urbanístico na região de Montes Claros – MG	Pesquisa e extensão	Analisar a produção e comercialização da Agricultura Urbana em Montes Claros	Criação de mapa interativo, que permita a localização, informações acerca de cada ponto representado no mapa; Disponibilização das informações da pesquisa através da rede, por meio de site específico; Síntese de uma proposta de política pública ou adequação aos métodos existentes como sugestão de inserção da produção proveniente da agricultura urbana no planejamento público; Promoção de Seminário de entrega dos resultados ao poder público e às entidades da sociedade civil interessadas na proposta.

Fonte: Da pesquisa, 2017.

Os projetos apresentados estão em andamento e foram apresentados nesta dissertação a fim de expor que a pesquisa aqui apresentada não finda somente na apresentação dos resultados, pois se acredita que a conclusão de um mestrado apresenta-se após a contribuição do concluinte com a sociedade.

5.6.2.2 Aplicativo de dispositivo móvel: Rede de Agricultura Urbana

Diante das afirmações dos agricultores acerca da dificuldade quanto à sua visibilidade no mercado e, conseqüentemente, a comercialização, foi elaborado um protótipo de um aplicativo para dispositivo móvel que tem como função principal identificar os pontos de comercialização de alimentos provenientes da AU em Montes Claros.

A fim de fazer com que a construção desta ferramenta de comercialização seja de forma coletiva, nesta dissertação será apresentada apenas o projeto proposto. Assim, em reunião com os agricultores, sendo esta pretendida no âmbito do CAAU – ICA/UFMG, o aplicativo aqui proposto será finalizado e encaminhado para a programação. A princípio, o aplicativo está denominado como RAU – Rede de Agricultura Urbana.

Contudo, ainda assim acredita-se ser relevante a apresentação da proposição. As funções propostas para o aplicativo são:

1- Cadastro de usuário (consumidor)

Ao abrir o aplicativo, o consumidor fará um cadastro contemplando nome, e-mail e senha de acesso. A proposta é de que os dados fiquem arquivados em “nuvem”⁹.

⁹ O armazenamento de dados na “nuvem” (ou disco virtual) tem funções de armazenamento e compartilhamento de arquivos e pastas e estes são realizados via *internet*. A opção pela “nuvem” se dá ao fato de não precisar de um dispositivo físico.

Figura 14 - Proposta de tela inicial do aplicativo



Fonte: Da autora, 2017.

2- Cadastro do Produtor

O produtor poderá cadastrar seu local de produção/comercialização. A proposta é de que o cadastro do produtor contemple:

- Nome Fantasia – como é conhecido popularmente;
- A identificação do local – será realizada por meio do cadastro do endereço e, a partir deste, o aplicativo irá salvar a localização dele;
- O contato – registrar um telefone de contato;
- O horário de atendimento – o produtor irá cadastrar um horário que costuma atender em sua propriedade e este também poderá ser alterado;
- Os principais produtos oferecidos e como são ofertados (*in natura* ou semiprocessado);
- Uma foto da produção;
- Uma descrição da produção – o histórico da prática de AU, o que produz, características específicas de sua produção (agroecologia, hidropônica, orgânico);
- *Login* e senha de acesso.

3- Escolha de onde quer comprar

Essa função permite ao consumidor usuário escolher se quer comprar direto no produtor ou em estabelecimentos que fornecem produtos da Agricultura Urbana. Após acessar o sistema (*login* e senha), aparecerá uma tela para a escolha e este optará por “Produtor” ou “Mercado intermediário”.

O cadastro do mercado intermediário será feito a partir de informações cadastradas pelos administradores do aplicativo, a fim de certificar a origem dos produtos.

4- Localização

O aplicativo irá fazer a leitura da localização do consumidor usuário e, a partir disso, identificar os locais de comercialização mais próximos. Assim, aparecerá uma tela com uma lista dos locais, contendo dados relacionados à identificação e a distância.

Figura 15 - Tela do aplicativo proposto



Fonte: Da autora, 2017.

Ao clicar no local escolhido, o aplicativo irá traçar uma rota (localização do consumidor a local de comercialização) e também irá apresentar as informações sobre aquele produtor/comércio.

A partir destas informações, o consumidor usuário terá informações sobre os locais de comercialização de Agricultura Urbana de forma mais acessível. Com o acesso ao telefone do local de produção/comercialização, o consumidor poderá entrar em contato para verificar se os produtos que deseja comprar estão disponíveis para venda.

Outras possíveis funções, como a entrega *delivery*, serão verificadas na reunião de planejamento com os agricultores urbanos.

O objetivo de apresentar este *software* foi apresentar uma ferramenta que, após a validação e contribuição dos agricultores, poderá fortalecer a visibilidade da Agricultura Urbana em Montes Claros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do contexto apresentado nesta pesquisa, é possível inferir que o processo de urbanização está diretamente ligado à industrialização e, por consequência, à modernização da sociedade. Além disso, ao tratar a modernização fora do âmbito urbano, percebe-se que esta se dá por meio da lógica voltada para o consumo e, com isso, estendeu-se também à zona rural em mesma proporção e tempo.

Inferese também que a migração rural-urbano e intermunicipal, sobretudo a chegada dos imigrantes de municípios circunvizinhos, foi importante para a extensão da malha urbana de Montes Claros, bem como a consolidação de sua cultura e também o seu crescimento econômico.

Em meio ao intenso processo de urbanização, é importante ressaltar que práticas rurais também são percebidas em áreas urbanas e, para além da cultura das festas tradicionais, que também são muito importantes para a dinâmica da cidade, a agricultura urbana se destaca pela variedade de suas funções.

Diante da pesquisa realizada em Montes Claros, pode-se inferir que a Agricultura Urbana aqui contemplada apresenta multifuncionalidades que permeiam a geração de renda, a segurança alimentar, a promoção de bem-estar e a reprodução de práticas rurais no perímetro urbano. Assim, percebe-se que esta prática representa ruralidades no urbano.

Quanto ao processo de comercialização, conclui-se que há uma diversidade nos meios de escoamento da produção, no entanto, os produtores enfrentam dificuldades quanto à gestão no que tange ao planejamento e ao controle da produção.

Frente a esses gargalos e, também, considerando as potencialidades da agricultura urbana, percebe-se uma necessidade de intervenção pública para promoção, incentivo, fortalecimento e visibilidade da Agricultura Urbana em Montes Claros, devido sua participação inerente na dinâmica produtiva, econômica e social da cidade. Não obstante, a participação da universidade, considerando sua função social, também é primordial para o impulso desta prática.

No âmbito das visitas nas áreas de produção ficou evidente, nas entrevistas com os agricultores, que as práticas agrícolas fazem parte das suas vidas, num cenário onde a Agricultura Urbana está inserida como mais uma atividade econômica em escala urbana. Os resultados apontam que as áreas urbanas de Montes Claros guardam um histórico agrícola e a sua conexão aos limites da cidade requalificou essa prática num tipo de agricultura urbana.

O apoio do poder público e da universidade é imprescindível para dar um sentido real a esta pesquisa, pois os objetivos não findam em uma proposta descritiva, mas teve como meta algo palpável e um retorno para os agricultores.

No entanto, é importante ressaltar que aqui não esgota as possibilidades de estudos e contribuições voltadas para a temática em Montes Claros e também na região norte de Minas Gerais. Vale ressaltar que, devido à formação da pesquisadora, a visão da realidade estudada teve um caráter econômico social, mas a mesma não deixou de perceber a necessidade de estudos sob outras óticas.

Diante das diversas possibilidades de estudos podem contribuir para a agricultura urbana, perspectivas no âmbito ambiental e climático, contemplando a contribuição dos canteiros cultivados para a permeabilidade do solo e a diminuição da sensação térmica; no âmbito da gestão pública voltada para a saúde e segurança alimentar, abordando a inserção de políticas públicas de apoio à agricultura urbana diante da redução/prevenção de doenças e do índice de desnutrição infantil, além de outras patologias que podem ser prevenidas ou revertidas com a alimentação saudável, assim como outras abordagens.

Contudo, esta pesquisa apresenta um caráter multidisciplinar por abranger mais de uma área de formação. No entanto, a contribuição do campo superou a adquirida em meio aos artigos científicos, livros e pesquisas institucionais. Conhecer a realidade e as especificidades de cada produtor trouxe um aprendizado voltado para as possibilidades infinitas e impressionantes de produção, contrastes, dicotomias, complementaridades e funcionalidades da agricultura urbana.

Em suma, este estudo proporcionou a compreensão de algumas das dinâmicas da agricultura urbana na cidade de Montes Claros e por esse motivo seria importante haver mais casos de estudo que permitissem fazer a pesquisa do estado atual da agricultura urbana e posteriormente perceber quais as melhores alternativas para ir de encontro aos interesses e necessidades da população local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. O.; MELGAÇO, L. **Agroecologia, agricultura urbana e planejamento metropolitano: conexões possíveis para uma reestruturação territorial da RMBH.** Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, Out 2015.

ALMEIDA, D. A. O.; MELGAÇO, L. F.; MARQUES, J.; COSTA, H. S. M. **Buscando uma demografia da agricultura urbana na RMBH: primeiras.** XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

ALVES, J. B.; DENARDIN, V. F.; SILVA, C. L. **Aproximações entre os Principais Indicadores de Sustentabilidade e as Alternativas ao Desenvolvimento Propostas por E. Leff.** RDE - Revista De Desenvolvimento Econômico. Ano XIII, Nº 24. Dezembro de 2011, Salvador, BA.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia **Ambiente & Sociedade.** Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização.** Paz e Terra: São Paulo, 1999.

BRANDÃO, C. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar** In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.) (2008). "Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar" Salvador, Editora da UFBA.

BOUKHARAEVA, L. M. *et al.* **Agricultura Urbana como um Componente do Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em: 20 Jun. 2016.

BRASIL. Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana em Minas Gerais. Lei 15.973 de 12/01/2006. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=249716>>. Acesso em 22 abr. de 2016.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009. **Senado Federal**, Brasília, DF. 09 jul. 2009. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92148>>. Acesso em 26 jun. 2017.

BRITO, G. S. **Migrações Rural/Urbano E Fluxos De Conhecimento Agroecológico: O Caso De Montes Claros, Minas Gerais**, 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Instituto de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2011.

CANAN, L. F. **Leitura da paisagem urbana da cidade de Montes Claros: análise das transformações do “coração do núcleo urbano”**. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CAETANO, W. B. **Planta que se alastra: estratégias de agricultura urbana, suas diversas escalas, conexões e desenvolvimento sistêmico**. 2015. 57 f. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana e Terra**: Rio de Janeiro, 2009.

CASTRIOTA, R. **Urbanização Planetária Ou Revolução Urbana? De Volta À Hipótese Da Urbanização Completa Da Sociedade**. CEDEPLAR – UFMG. 2016. Disponível em: http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2016/anais/economia/303-516-1-RV_2016_10_09_00_35_30_720.pdf. Acesso em 30 mai. 2017.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. 205 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, , Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. Curitiba: Ibpex, 2007. 177p.

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000. Editora da UFPR. Disponível em: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/irineu_engel.pdf>. Acesso em 29 Jun. de 2016.

FAULIN, E. J.; AZEVEDO, P. F. **Distribuição de Hortaliças na agricultura familiar: uma análise das transações**. Informações Econômicas, SP, v.33, n.11, nov. 2003.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do agrário ao territorial**. Tese de doutorado. Procam/ USP. São Paulo, 2006.

FERRARETO, L. C. **A agricultura urbana e suas múltiplas funções: a experiência do Programa Lavoura da prefeitura de Curitiba – PR**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

FURTADO, C. **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **O subdesenvolvimento revisitado**. Economia e Sociedade, V.1, ago, 1992. p. 5-19.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HOFFMANN, R. *et al.* **Administração da empresa agrícola**. 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1987.325 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em 06 mai. de 2017.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, M. E.; PEREIRA, A. M. **Expansão Territorial e os Espaços de Pobreza na Cidade de Montes Claros**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 4., 2005, São Paulo.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. T. **Agricultura Urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/Agriurbana-EMBRAPA.pdf>>. Acesso em 15 Mai, 2016.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. In: Arantes, Otilia; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia, orgs. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MELO PCT; VILELA NJ. 2007. **Importância da cadeia produtiva brasileira de hortaliças**. Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia 13. Produtiva de Hortaliças/MAPA. Brasília. 11p. Disponível em:

<www.abhorticultura.com.br/downloads/cadeia_produtiva.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Ministério da Educação (MEC). Cadastro e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 05 jun. 2017.

MISES, Ludwig von. **Intervencionismo, uma Análise Econômica** -- São Paulo : Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 160p.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

_____. **Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento**: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: Costa, G.; Costa, H.; Monte-Mór, R. (eds) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte, C/Arte. pp.55-70.

MOUGEOUT, Luc J.A. **Agricultura Urbana - conceito e definição**. Revista de Agricultura Urbana nº 1, 2005. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/AU1conceito.pdf> >. Acesso em: 15 Mai, 2016.

OJIMA, R., HOGAN, D.J. **População, urbanização e ambiente no cenário das mudanças ambientais globais: debates e desafios para a demografia brasileira**. Campinas: NEPO, 2008. Disponível em : <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1383.pdf>. Acesso em 09 jul. 2017

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Editora Alínea, 2008.

PEREIRA, A. M. **Cidade Média e Região**: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. Urbanização e pobreza na região norte mineira: considerações preliminares. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2005.

REIS, A. J.; CARVALHO, F. A. P. **Comercialização agrícola no sistema agroindustrial**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1999. 358p.: II. – (Curso de Especialização Pós-graduação *Lato Sensu* Ensino à Distância Administração Rural).

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7ªed.- São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5 ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1997.

STAMATTO, M. I. S. **A fotografia em pesquisas históricas**. In: ANDRADE, J. M. V.; STAMATTO, M. I. S. (Orgs.) *História ensinada e a escrita da história*. Natal-RN: EDUFRN, 2009.

STAIR, R. **Princípios de Sistema de Informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 1998. 451p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. GARCIA, Manuel E. **Fundamentos da Economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VILLELA NJ; HENZ GP. 2000. **Situação atual da participação das hortaliças no agronegócio brasileiro**. *Cadernos de Ciência e Tecnologia* 17: 71-89.

WILKINSON, J. **A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição**. In: *Anais do Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina*. Campinas – SP: UNICAMP, 2003.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista e organização de informações

Parte 1 – Identificação do (a) entrevistado (a)

1. Nome
2. Idade:
3. Sexo:
4. Bairro:
5. Tempo de atuação na agricultura urbana
6. Origem: () rural () Urbana
7. Município:
8. A agricultura urbana é hoje a sua atividade principal? () sim () não
9. Quais as motivações que o (a) levam a praticar a agricultura urbana (assinale até três)
 - () a Motivação financeira (renda)
 - () b Gosto por trabalhar na terra
 - () c Ter a área disponível
 - () d Lazer e bem-estar
 - () e Terapia
 - () f Contribuir com o meio ambiente
 - () g Complementar ou suprir a alimentação da família

Parte 2 – Identificação da propriedade e finalidade

1. Coordenadas:
Lat: _____
Long: _____
2. Qual a área da propriedade? _____
3. Qual a natureza da propriedade? () própria; () arrendada; () parceria; () comunitária; () cedida; () pública () OUTRO, QUAL: _____
4. Finalidade da Produção

Parte 2.1 – Para aqueles que comercializam

1. Onde são comprados os insumos para a produção? _____
2. Onde/Como é realizada a comercialização dos produtos.
3. Como é realizada a entrega dos produtos.
4. Possui algum registro dos clientes? () Sim () Não
5. Gostaria de ter um controle dos principais clientes?
6. Acredita que uma ferramenta de identificação da localização da sua propriedade contribuiria para o aumento das vendas? () Sim () Não

Por quê?

7. Gostaria de ter a localização de sua propriedade identificada pelos clientes da agricultura urbana de Montes Claros? () Sim () Não

Parte 3 – Participação comunitária

1. Participa de alguma iniciativa organizativa (associação, cooperativa, etc.) ligada a prática da agricultura urbana? Se sim, qual?
2. Participa de algum outro tipo de associação (bairro, profissão, moradores, etc.) ? () sim () não
3. Conhece outros agricultores urbanos? () sim () não Se sim, qual (is)?
4. O (a) senhor (a) acredita que a organização e o contato com outros agricultores facilitam a produção e o cultivo? () sim () não. Por quê?

Parte 4 – Identificação da produção e técnicas de cultivo

8. Espécies cultivadas? (Sublinhar as que são comercializadas)
9. Técnicas utilizadas para preparar o solo?
10. Origem das sementes.
11. Qual o tipo de Semente? orgânica () convencional ()

Parte 5 – Problemas e potencialidades

1. Quais são os principais problemas enfrentados na produção?
2. Como o poder público (prefeitura, estado e união) podem ajudar os agricultores urbanos?

3. Acredita que a Agricultura Urbana pode contribuir para a melhoria de vida das pessoas que moram em áreas de risco (favelas) em Montes Claros? Se sim, como?
4. Em Montes Claros existe um campus universitário em ciências agrárias, caso a instituição forneça cursos de capacitação para agricultores urbanos o (a) senhor (a) tem interesse em participar?

sim não talvez

Se a resposta a questão anterior for positiva, citar os cursos de preferência.

ANEXOS

ANEXO 1 - Taxa de urbanização do Norte de MG (por microrregião e municípios)

Microrregião	Municípios	2010			Taxa de Urbanização
		Total	Urbana	Rural	
Montes Claros	Brasília de Minas	31.213	20.675	10.538	66%
	Campo Azul	3.684	1.551	2.133	42%
	Capitão Enéas	14.206	11.520	2.686	81%
	Claro dos Poções	7.775	5.251	2.524	68%
	Coração de Jesus	26.033	14.766	11.267	57%
	Francisco Sá	24.912	14.897	10.015	60%
	Glaucilândia	2.962	1.048	1.914	35%
	Ibiracatu	6.155	3.123	3.032	51%
	Japonvar	8.298	3.050	5.248	37%
	Juramento	4.113	2.272	1.841	55%
	Lontra	8.397	5.630	2.767	67%
	Luislândia	6.400	2.989	3.411	47%
	Mirabela	13.042	10.028	3.014	77%
	Montes Claros	361.915	344.427	17.488	95%
	Patis	5.579	2.301	3.278	41%
	Ponto Chique	3.966	2.581	1.385	65%
	São João da Lagoa	4.656	2.435	2.221	52%
	São João da Ponte	25.358	8.656	16.702	34%
	São João do Pacuí	4.060	1.921	2.139	47%
Ubaí	11.681	5.665	6.016	48%	
Varzelândia	19.116	8.904	10.212	47%	
Verdelândia	8.346	4.762	3.584	57%	
Bocaiúva	Bocaiúva	46.654	36.600	10.054	78%
	Engenheiro Navarro	7.122	4.750	2.372	67%
	Francisco Dumont	4.863	3.197	1.666	66%
	Guaraciama	4.718	3.025	1.693	64%
	Olhos-D'Água	5.267	2.866	2.401	54%
Grão Mogol	Botumirim	6.497	3.470	3.027	53%
	Cristália	5.760	3.033	2.727	53%
	Grão Mogol	15.024	5.391	9.633	36%
	Itacambira	4.988	1.006	3.982	20%
	Josenópolis	4.566	2.444	2.122	54%
	Padre Carvalho	5.834	3.462	2.372	59%
Pirapora	Buritizeiro	26.922	23.630	3.292	88%
	Ibiaí	7.839	6.004	1.835	77%
	Jequitaiá	8.005	5.504	2.501	69%
	Lagoa dos Patos	4.225	3.079	1.146	73%
	Lassance	6.484	3.882	2.602	60%
	Pirapora	53.368	52.385	983	98%
	Riachinho	8.007	4.435	3.572	55%
	Santa Fé de Minas	3.968	2.291	1.677	58%
	São Romão	10.276	6.469	3.807	63%
Várzea da Palma	35.809	31.313	4.496	87%	
Janaúba	Catuti	5.102	2.978	2.124	58%
	Espinosa	31.113	18.023	13.090	58%
	Gameleiras	5.139	1.413	3.726	27%
	Jaíba	33.587	17.635	15.952	53%

	Janaúba	66.803	60.570	6.233	91%
	Mamonas	6.321	2.812	3.509	44%
	Mato Verde	12.684	9.459	3.225	75%
	Monte Azul	21.994	12.418	9.576	56%
	Nova Porteirinha	7.398	4.069	3.329	55%
	Pai Pedro	5.934	1.749	4.185	29%
	Porteirinha	37.627	19.338	18.289	51%
	Riacho dos Machados	9.360	4.499	4.861	48%
	Serranópolis de Minas	4.425	1.728	2.697	39%
Janaúria	Bonito de Minas	9.673	2.209	7.464	23%
	Chapada Gaúcha	10.805	5.761	5.044	53%
	Cônego Marinho	7.101	1.915	5.186	27%
	Icaraí de Minas	10.746	2.986	7.760	28%
	Itacambira	4.988	1.006	3.982	20%
	Januária	65.463	41.009	24.454	63%
	Juvenília	5.708	4.392	1.316	77%
	Manga	19.813	13.848	5.965	70%
	Matias Cardoso	9979	5136	4.843	51%
	Miravânia	4549	1079	3470	24%
	Montalvânia	15862	10239	5623	65%
	Pedras de Maria da Cruz	10315	6328	3987	61%
	Pintópolis	7211	2532	4679	35%
	São Francisco	53828	34204	19624	64%
	São João das Missões	11715	2446	9269	21%
	Urucuia	13604	6165	7439	45%
	Salinas	Águas Vermelhas	12722	8941	3781
Berizal		4370	2485	1885	57%
Curral de Dentro		6913	5837	1076	84%
Divisa Alegre		5884	5693	191	97%
Fruta de Leite		5940	2036	3904	34%
Indaiabira		7330	2742	4588	37%
Montezuma		7464	3079	4385	41%
Ninheira		9815	2623	7192	27%
Novorizonte		4963	1717	3246	35%
Rio Pardo de Minas		29099	11692	17407	40%
Rubelita		9360	4499	4861	48%
Salinas		39178	30716	8462	78%
Santa Cruz de Salinas		4397	1151	3246	26%
Santo Antônio do Retiro		6955	1590	5365	23%
São João do Paraíso		22319	10235	12084	46%
Taiobeiras	30917	25060	5857	81%	
Vargem Grande do Rio Pardo	4733	2421	2312	51%	

Fonte: IBGE. SIDRA. Censo de 2010¹⁰.

¹⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 08 mai. 2017.

ANEXO 2 – IES do Norte de Minas (por município)

Município	IES	Categoria Administrativa
Montes Claros	(2423) FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MONTES CLAROS (FACIT)	Privada sem fins lucrativos
	(1919) FACULDADE DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS SANTO AGOSTINHO - FACET (FACET)	Privada com fins lucrativos
	(4821) FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS E EMPREENDEDORISMO - FACIGE (FACIGE)	Privada com fins lucrativos
	(1925) FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS SANTO AGOSTINHO (FACISA)	Privada com fins lucrativos
	(3657) FACULDADE DE COMPUTAÇÃO DE MONTES CLAROS (FACOMP)	Privada com fins lucrativos
	(2275) FACULDADE DE DIREITO SANTO AGOSTINHO (FADISA)	Privada com fins lucrativos
	(3117) FACULDADE DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO HUMANO SANTO AGOSTINHO (FS)	Privada com fins lucrativos
	(3434) FACULDADE DE SAÚDE IBITURUNA (FASI)	Privada com fins lucrativos
	(10059) FACULDADE DE TECNOLOGIA DE ENSINO SUPERIOR - FATEC (CENTES)	Privada com fins lucrativos
	(14150) FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE MONTES CLAROS (FUNEC MONTES CLAROS)	Privada sem fins lucrativos
	(12189) FACULDADE PRISMA (FAP)	Privada com fins lucrativos
	(5592) FACULDADES INTEGRADAS DO NORTE DE MINAS - FUNORTE (FUNORTE)	Privada com fins lucrativos
	(4256) FACULDADES INTEGRADAS PITÁGORAS (FIP-MOC)	Privada com fins lucrativos
	(1600) INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (ICS)	Privada sem fins lucrativos
	(3188) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG)	Pública Federal
(3448) INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IBITURUNA (ISEIB)	Privada com fins lucrativos	
(2508) INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTO AGOSTINHO (ISA)	Privada com fins lucrativos	
(367) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)	Pública Estadual	
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFMG	Pública Federal	
Bocaiuva	(14149) FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BOCAIUVA (FUNEEB BOCAIUVA)	Privada sem fins lucrativos

Pirapora	(3521) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ALTO MÉDIO SAO FRANCISCO	Privada sem fins lucrativos
Várzea da Palma	(14130) FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE VÁRZEA DA PALMA (FEES VÁRZEA DA PALMA)	Privada sem fins lucrativos
Janaúba	(18956) FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE JANAÚBA (FACITEC)	Privada sem fins lucrativos
	(2443) FACULDADE PROMOVE DE JANAÚBA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	Privada com fins lucrativos Pública Estadual
Mato Verde	(2910) FACULDADE VERDE NORTE (FAVENORTE)	Privada com fins lucrativos
Porteirinha	(14153) FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE PORTEIRINHA (FUNEEES PORTEIRINHA)	Privada sem fins lucrativos
	(19555) FAVENORTE DE PORTEIRINHA (FAVEPORT)	Privada sem fins lucrativos
Januária	(945) INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS (INCISOH)	Privada com fins lucrativos

Fonte: Ministério da Educação¹¹.

¹¹ Ministério da Educação (MEC). Cadastro e-MEC. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em 05 jun. 2017.